



SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2026

ATA

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, nesta Vila de Nelas e Edifício Multiusos, reuniu, pelas vinte e uma horas, a Assembleia Municipal de Nelas, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

- 1.1 - Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 22 de dezembro de 2025 e da ata da sessão ordinária de 26 de fevereiro de 2026;
- 1.2 - Leitura do Expediente;
- 1.3 - Assuntos diversos dos da “Ordem do Dia”, de interesse para o Município. (Informações, Pedidos de esclarecimento, Recomendações, etc.)

2 – PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”

- 2.1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09;
- 2.2 - Apreciação e votação, nos termos do artigo 25.º, n.º 2, al. 1), da Lei n.º 75/2013, de 12/09, dos documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2025 e remessa dos mesmos ao Tribunal de Contas;
- 2.3 - Discussão e aprovação da Revisão n.º 2 ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, do ano de 2026;
- 2.4 - Relatório Anual de Atividades em 2025 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas - Conhecimento;
- 2.5 - Discussão e aprovação da abertura de procedimento concursal para o cargo de Direção Intermédia de 3º grau da Unidade Orgânica de Educação, Cultura, Desporto e Juventude;
- 2.6 - Eleição de um Senhor Presidente de Junta de Freguesia, em representação das Freguesias do Concelho, para a Constituição do Conselho Municipal de Educação;
- 2.7 – Discussão e aprovação do Projeto de alteração da subalínea ii), da alínea a), do n.º 1, do Artigo 95.º, do Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais do Município de Nelas - Conceito de família numerosa;
- 2.8 - Discussão e aprovação da alteração ao Contrato de Delegação de Competências do Município de Nelas no Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim;
- 2.9 - Discussão e aprovação da alteração ao Contrato de Delegação de Competências do Município de Nelas no Agrupamento de Escolas de Nelas;
- 2.10 – Discussão e aprovação do Contrato de Cooperação Interadministrativo para obras de reparação da infraestrutura adstrita ao Posto Territorial de Nelas da GNR.

O Senhor Presidente da Assembleia, Paulo Jorge Pinto Coelho dos Santos:

- Começava por cumprimentar o Executivo na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, a Mesa, os Senhores Deputados da Assembleia, o Estimado Público e os Serviços de Apoio à Assembleia Municipal.

Vamos dar início então à nossa Sessão Pública Ordinária do dia 29, de hoje, em que, portanto, temos a seguinte Ordem de Trabalhos. Portanto, no Período de Antes da Ordem do Dia: A discussão e aprovação das atas das sessões ordinárias de 22/12/25 e de 26/02/26. Leitura do Expediente e Assuntos diversos dos da Ordem do Dia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

No ponto 2, do Período de Ordem do Dia: A informação do Senhor Presidente da Câmara, a sua atividade municipal. No ponto 2.2, a apreciação e votação, nos termos do artigo 25.º, número 2, alínea l), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dos documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2025 e remessa dos mesmos ao Tribunal de Contas. No ponto 2.3 termos a discussão e aprovação da Revisão número 2 ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do ano de 2026. No ponto 24, o Relatório Anual de Atividades do ano de 2025 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas. Portanto, será dado o conhecimento e a apresentação pelo Senhor Presidente da Comissão. No ponto 2.5 – Discussão e aprovação da abertura de procedimento concursal para o cargo de Direção Intermédia de Terceiro Grau, da Unidade Orgânica de Educação, Cultura, Desporto e Juventude. Ponto 2.6 - Eleição do Senhor Presidente de Junta de Freguesia, em representação das Freguesias do Concelho, para a Constituição do Concelho Municipal de Educação. No ponto 2.7, a discussão e aprovação do projeto de alteração da subalínea ii), da alínea a), do n.º 1, do Artigo 95.º, do Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais do Município de Nelas - Conceito de família numerosa. Ponto 2.8 - Discussão e aprovação da alteração ao Contrato de Delegação de Competências do Município de Nelas no Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim. Ponto 2.9 - Discussão e aprovação da alteração ao Contrato de Delegação de Competências do Município de Nelas no Agrupamento de Escolas de Nelas. E, por último, ponto 2.10 - Discussão e aprovação do Contrato de Cooperação Interadministrativo para obras de reparação da infraestrutura adstrita ao Posto Territorial de Nelas da GNR. E, depois, seguirá, ainda o Período, caso haja intervenções, do Estimado Público.

Antes de começarmos e fazermos a contagem e a chamada dos Senhores Deputados por parte da Senhora Secretária, Primeira Secretária, eu quero dizer também que, em função da Senhora Segunda Secretária Maria Antónia, se encontrar um pouco debilitada em termos, não de saúde, mas, digamos, mas um pouco indisposta, eu solicitei à Senhora Professora Eugénia Figueiredo para ocupar o lugar de Segunda Secretária, portanto, para preencher a Mesa, estando assim a Mesa completa.

Desta forma, queria, antes mesmo de ser a chamada, até porque houve alterações, queria comunicar à Assembleia e aos Senhores Deputados que a Senhora Deputada Celeste Nunes continua em funções em função de, novamente, um pedido de suspensão de mandato da Senhora Deputada Sandra Pereira, portanto, conforme documentos que foram enviados, atempadamente.

Temos também o Senhor Deputado Milton Duarte, que foi convocado em substituição do Senhor Deputado Carlos Manuel Monteiro Almeida. Aliás, já esteve também na Sessão do 25 de Abril, portanto, com documento que também foi, atempadamente, enviado para o efeito.

Temos também aqui uma situação que, em substituição, temos também presente o Senhor Deputado João Pedro Sobral Pereira. E eu aqui queria chamar à atenção, que foi aceite, mas de facto, ia chamar a atenção para toda a Assembleia, para todos os Senhores Deputados que este processo foi um pouco. Agradecia que, de futuro, para qualquer Deputado que pretenda fazer pedido de substituição, que o faça com alguma formalidade, até para que fique registado nos Serviços. Eu quero chamar a atenção, não é a questão, até porque houve troca de conversas telefónicas pelo Líder da Bancada do Partido Socialista a falar no assunto, ao qual eu acedi. Não vi nenhum inconveniente. Acho que as pessoas compreendem, perfeitamente. Agora, de futuro e ainda assim, agradeço que nos seja entregue à Mesa um documento de justificação da Senhora Deputada Mariana Matias dos Santos, que não o fez. Portanto, temos o pedido de substituição da Senhora Deputada Luísa Maria Ponces Serpa, que, portanto, por sua vez, daria lugar à Senhora Deputada Mariana Matias dos Santos. Sim, mas não há nenhum documento escrito, Senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Deputado Pedro Borges. Eu apenas solicito que, de futuro. Não stá em causa a legitimidade do Senhor Deputado Pedro Sobral de Pereira. Foi aceite. Está de corpo inteiro. Simplesmente, para o registo futuro, pelo menos alguma formalidade haver um documento escrito em que a pessoa solicita a sua substituição, porque também a Senhora Deputada Luísa Ponces, no início, apenas disse que não estaria, mas não faz menção que pretendia ser substituída. Portanto, os Serviços não adivinham. Uma pessoa diz: Eu Não vou estar presente. Se não solicita a sua substituição, os Serviços nada têm que fazer. Julgo que o ponto estará compreendido e isto É válido para futuro para qualquer situação similar.

Portanto, ultrapassadas estas explicações, vamos proceder à chamada. Senhora Secretária, por favor.

(A Senhora Primeira Secretária, Maria José Serol de Brito Correia, procedeu à chamada dos Senhores Deputados)

O Senhor Presidente da Assembleia:

- O Senhor Sérgio Rocha, Presidente da Junta de Freguesia de Nelas, vai chegar um bocadinho mais tarde. Terminou há pouco a Assembleia de Freguesia.

A Senhora Primeira Secretária:

- Somos 26. Portanto, faltam, neste momento, então, a Senhora Deputada Mariana Borges Pais e o Senhor Sérgio Rocha ainda não chegou.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Bom, se, entretanto, chegarem, farão parte. Entretanto, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nelas Sérgio Rocha, justificou-me. Deve estar a chegar a qualquer momento. Portanto, quando chegar fará para da Assembleia. E, nesse caso, neste momento somos, portanto, 26.

Bom, então, estando feita a chamada, vamos, então, passar ao Período de Antes da Ordem do Dia. E, antes, mesmo de passar a palavra aos Senhores Deputados e de aceitar as inscrições para este período, eu próprio, enquanto Presidente da Assembleia, gostaria de apresentar à Assembleia, um Voto de Pesar. Um Voto de Pesar pelo falecimento de António Lobo Antunes, que desde a última Assembleia até à data de hoje, aconteceu no dia 5 de março. Portanto e no seguimento também da mesma forma que a Câmara Municipal fez declaração de Luto Municipal e em Sede de Executivo e muito bem, decretou um Dia de Luto Municipal, no dia 6. Dada a importância de António Lobo Antunes, que julgo que será consensual, de uma pessoa que tanto de Nelas gostava, um nome grande da nossa Literatura. Eu acho que era importante também que na Assembleia Municipal não passasse em claro. Portanto e por isso proponho o seguinte Voto de Pesar.

Assembleia Municipal de Nelas - Voto de Pesar pelo falecimento de António Lobo Antunes.

A Assembleia Municipal de Nelas, sob a iniciativa do seu Presidente, manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento de António Lobo Antunes, uma das mais marcantes e singulares voz da literatura portuguesa contemporânea.

Médico de formação, escritor por vocação maior, António Lobo Antunes construiu uma obra literária de excecional densidade, reconhecida nacional e internacionalmente, onde a complexidade da condição humana, a memória, a guerra e a identidade portuguesa são exploradas com uma mestria ímpar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

A sua escrita exigente e profundamente, introspetiva, elevou-o à condição de autor superlativo, sendo presença constante nas mais altas referências da literatura mundial.

Não sendo natural do Concelho de Nelas, importa sublinhar a ligação profunda e duradoura que manteve com este território desde muito jovem. Foi aqui, entre as gentes e as paisagens do Dão, que encontrou refúgio, inspiração e um sentido de pertença que marcou o seu percurso pessoal e literário. Essa relação íntima com Nelas confere a esta perda um significado ainda mais próximo e sentido para a nossa Comunidade.

Neste momento de luto, a Assembleia Municipal de Nelas enaltece o legado incomparável de António Lobo Antunes, cuja obra permanecerá viva como testemunho maior da cultura portuguesa e como inspiração para gerações presentes e futuras.

Assim, a Assembleia Municipal de Nelas, reunida em sessão, delibera:

- Manifestar publicamente o seu profundo pesar pelo falecimento de António Lobo Antunes:

- Endereçar à sua família e amigos as mais sentidas condolências;
- Reconhecer e perpetuar a sua ligação a Nelas como parte integrante da memória coletiva do Concelho;
- Propor que seja guardado um minuto de silêncio em sua homenagem.

Nelas, 29 de abril de 2026.

Portanto, apresentado este Voto de Pesar, eu pergunto: Alguém quer fazer uso da palavra sobre o próprio Voto de Pesar da parte da Assembleia? Ninguém quer fazer uso? Muito bem. Passamos, então, à votação: Alguém vota contra? Alguém se abstém? Aprovado, por unanimidade.

Então faríamos, de seguida, um minuto de silêncio.

Muito obrigado.

(Palmas)

Posto isto, no Período de Antes da Ordem do Dia, estão abertas as inscrições, por favor.

Miguel Santos, do Chega, Ana Mafalda Lopes, Anabela Sampaio Araújo, Pedro Borges e João Pedro Pereira, do Partido Socialista. Portanto, temos 6 inscrições. Miguel Santos.

O Senhor Deputado Miguel Santos Lourenço:

- Boa noite. Na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresento as minhas saudações a todos os presentes

Vou-vos apresentar um Voto de Saudação aos Antigos Combatentes.

No passado dia 9 de abril assinalou-se o Dia do Combatente, data de profundo significado nacional que evoca a Batalha de La Lys, travada em 1918 e homenageia todos os militares portugueses que, ao longo da nossa História, serviram Portugal em contexto de guerra, conflito, ou missão operacional.

Trata-se de uma ocasião de memória, gratidão e justiça para com aqueles que, em diferentes gerações, colocaram o dever, a coragem e o espírito de missão acima do interesse pessoal, muitas vezes com elevado sacrifício físico, emocional e familiar.

Ao longo do século XX e já no século XXI, milhares de portugueses foram chamados a servir a Pátria em diversos teatros de operações, desde a Primeira Guerra Mundial às Campanhas do Ultramar, bem como em missões internacionais de paz e cooperação no quadro dos compromissos externos do Estado Português.

Muitos perderam a vida. Outros regressaram marcados para sempre por ferimentos, incapacidades permanentes, ou traumas invisíveis, como a perturbação de stress pós-traumático.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Importa, igualmente, reconhecer que, durante largos anos, numerosos antigos combatentes não receberam o apoio social, clínico e institucional compatível com os serviços prestados ao País. Muitos enfrentaram dificuldades no regresso à vida civil, no emprego, na saúde e no reconhecimento público que lhes era devido.

Também no Concelho de Nelas residem antigos combatentes e respetivas famílias, cidadãos que integram a nossa Comunidade e cujo percurso de vida merece respeito e consideração. Nelas, terra de forte ligação às Forças Armadas e à Defesa Nacional, tem especiais razões para valorizar esta Memória e esta herança de serviço.

Saudar os antigos combatentes não é apenas recordar o passado. É afirmar valores permanentes: Patriotismo, honra, responsabilidade, solidariedade e respeito por quem serviu Portugal.

Assim, a Assembleia Municipal, reunida em sessão plenária de 29 de abril de 2026:

1 - Saúda todos os Antigos Combatentes Portugueses, reconhecendo o seu contributo para a defesa de Portugal, a sua coragem e o seu sentido de dever;

2 - Presta homenagem à memória de todos aqueles que tombaram ao serviço da Nação;

3 - Manifesta solidariedade para com todos os Ex-Combatentes que enfrentaram, ou enfrentam dificuldades físicas, psicológicas, sociais, ou económicas, resultantes do serviço prestado;

4 – Saúda a Câmara Municipal pelo trabalho desenvolvido neste âmbito e que prossiga as iniciativas de reconhecimento público e valorização da memória dos Antigos Combatentes, residentes do Concelho.

Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Portanto, vamos, uma vez que deu entrada este Voto de Saudação, que acabámos de ouvir. Vamos, desde já, colocá-lo à votação. Alguém quer fazer alguma intervenção acerca deste Voto de Saudação? Ninguém. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado, por unanimidade.

Eu, antes de dar a palavra aos outros Senhores Deputados inscritos, eu peço desculpa, mas a vontade, dada a Agenda ser tão cumprida, não coloquei à aprovação as atas. Saltei o ponto. Portanto, a vontade em que, realmente, mas pelo menos tenho as atas atualizadas e a tempo, que já não é mau.

Portanto, a Mesa fez um Excelente trabalho. Desde logo agradecer à Senhora Primeira Secretária pelo empenho e pelo seu trabalho. Até lhe pedia para colocá-las à votação.

A Senhora Primeira Secretária:

- Uma delas, já com alguns meses de atraso. Não sei se alguém tem alguma coisa a corrigir, ou a mencionar na ata. E, portanto, pomos à votação, a ata da sessão ordinária de 22 de dezembro de 2025 e a ata da sessão ordinária de 26 de fevereiro de 2026.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Pomos à votação em separado

A Senhora Primeira Secretária:

- Exato. A de 22 de dezembro de 2025.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Duas abstenções dos Senhores Deputados Milton Duarte e João Pedro Pereira. Portanto, aprovada por maioria, com 2 abstenções.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

A sessão ordinária de 26 de fevereiro de 2026: Quem vota contra? Temos 4 abstenções, neste caso, dos Senhores Deputados Isabel Cristina Gonçalves, António Fernandes Costa, João Pedro Pereira e Milton Duarte. Aprovada, por maioria.

No ponto 1.2, também, na Leitura do Expediente:

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

- E-mail, datado de 19 de fevereiro de 2026, enviado pela CPCJ de Nelas – Relatório Anual de Atividades em 2025, para conhecimento da Assembleia Municipal;
- E-mail, datado de 10 de março de 2026, enviado pela Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões informando que a Assembleia Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões ira ser realizada em 27 de abril de 2026;
- E-mail da Associação Nacional de Assembleias Municipais – Envio de vários Pareceres;
- E-mail da Associação Nacional de Assembleias Municipais – Envio de Relatório de Atividades e Contas 2025;
- E-mail da Associação Nacional de Assembleias Municipais – Pedido de divulgação do IPDJ – Dia Nacional do Estudante – Envolvimento Municipal na Promoção do Associativismo Estudantil;
- Carta, datada de 14 de abril de 2026, do Senhor Deputado Carlos Manuel Monteiro Almeida, solicitando a sua substituição na sessão extraordinária de 25 de Abril de 2026;
- Carta, datada de 17 de abril de 2026, do Senhor Deputado Carlos Manuel Monteiro Almeida, solicitando a sua substituição na sessão ordinária de 29 de abril de 2026;
- Carta, datada de 16 de março de 2026, da Senhora Deputada Sandra Rita Vasconcelos Castanheira Pereira, solicitando a sua substituição pelo prazo de 90 dias, ou pelo prazo necessário para a conclusão de eventual procedimento concursal;
- Ofício n.º 3990, datado de 21 de abril de 2026, da Câmara Municipal de Nelas – Pedido de inclusão de assuntos para a sessão ordinária da Assembleia Municipal, marcada para o dia 29 de abril de 2026;

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

- Ofício n.º 02/2026, datado de 27 de fevereiro de 2026, enviado ao Ex.m.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas, dando conhecimento das deliberações tomadas na sessão ordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 26 de fevereiro de 2026;
- E-mail da Associação Nacional de Assembleias Municipais referente ao pedido de divulgação do IPDJ – Dia Nacional do Estudante – Envolvimento Municipal na Promoção do Associativismo Estudantil, reencaminhado para os Agrupamentos de Escolas de Nelas e de Canas de Senhorim;
- Ofício n.º 03/2026, datado de 14 de abril de 2026, enviado a todos os Senhores Membros da Assembleia, convocando-os para a sessão extraordinária comemorativa do 25 de Abril;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- E-mail, datado de 15 de abril de 2026, enviado ao Senhor Milton José Pais Duarte, convocando-o para sessão extraordinária de 25 de Abril de 2026, em virtude do Senhor Deputado Carlos Manuel Monteiro Almeida ter solicitado a sua substituição;

- E-mail, datado de 20 de abril de 2026, enviado ao Senhor Milton José Pais Duarte, convocando-o para sessão ordinária de 29 de abril de 2026, em virtude do Senhor Deputado Carlos Manuel Monteiro Almeida ter solicitado a sua substituição;

- Ofício n.º 04/2026, datado de 17 de abril de 2026, enviado a todos os Senhores Membros da Assembleia, convocando-os para a sessão ordinária, marcada para o dia 29 de abril de 2026, pelas 21:00 horas.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Abstenho-me de o ler. Portanto, os Senhores Deputados têm na vossa posse. E, então, assim, regressávamos às intervenções. Senhora Deputada Ana Mafalda Lopes, por favor. Tem a palavra.

A Senhora Deputada Ana Mafalda Lopes:

- Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Elementos da Mesa, Senhores Deputados Municipais e Estimado Público.

O que me trás aqui é um pormenor que não deixa de ser por maior. No dia 6 de março enviei e-mail ao Gabinete de Apoio ao Presidente e vou ler, na sequência da reunião da Assembleia Municipal de fevereiro.

Diz o seguinte: Na qualidade de Membros da Assembleia Municipal de Nelas, eu e a Dr.^a Isabela Cristina Gonçalves e, conforme disponibilidade mostrada para o efeito por parte do Senhor Presidente da Câmara de Nelas, na última reunião da Assembleia Municipal, venho por este meio solicitar qual o melhor dia e horário para consulta dos documentos: Projeto de intervenção nas Quatro Esquinas, em Canas de Senhorim e o Processo que consta na BASE-GOV e que se refere a uma empresa conhecida do nosso Concelho. Sem outro assunto de momento. Etc., etc.

Ora bem. Passaram 53 dias desde que eu enviei o e-mail. Entretanto, a Dr.^a Isabel Cristina reenviou o mesmo e-mail, do qual ainda não tivemos resposta. Não tenho por hábito apresentar-me nos locais sem me fazer anunciar. Porque podem as pessoas não estar, não terem tempo, não terem os processos disponíveis. E, portanto, não é um pormenor, é um por maior. Considero uma deselegância, uma falta de cordialidade, uma resposta: Não podemos. Não temos. Venha no dia tal. Venha quando quiser. Cinquenta e três dias volvidos. E é tudo.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Obrigada, Senhora Deputada. Tem a palavra a Senhora Deputada, Senhora Presidente da União de Freguesias de Santar e de Moreira.

A Senhora Presidente da União de Freguesias de Santar e de Moreira.

- Portanto, boa noite a todos. Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhor Paulo Santos, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Doutor Joaquim Amaral, seu Executivo, Caros Deputados e Excelentíssimo Público.

O que me traz aqui a esta Assembleia e a expor esta situação é a Requalificação Urbana de Santar. Como todos sabem, essa obra já se encontra a decorrer em 2 fases. Já se encontra na segunda fase. Mas a União de Freguesias, praticamente, não tem informações nenhuma sobre essa obra.

A informação que no foi chegada sobre, tanto a primeira fase, como a segunda, foi um e-mail, na sexta-feira anterior, ou seja, no dia 13 de março, foi-nos enviado um e-mail, para a União de Freguesias, tal como para os Bombeiros de Canas de Senhorim e de Nelas e para a GNR.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Portanto, foi o único e-mail para todos ao mesmo tempo, para comunicar que as obras iriam ser iniciadas a 16 de março. O que aconteceu na segunda fase, que foi enviado um e-mail na sexta-feira à tarde, no dia 24 de abril, para comunicar que a segunda fase iria ser iniciada no dia 27 de abril.

Acho que é de mau tom essa informação ser comunicada à Junta de Freguesia e ao mesmo tempo estar a ser comunicada às outras Entidades porque, afinal, essa obra está a decorrer em Santar e acho que devíamos ter, ou a Câmara devia ter outra postura perante a União de Freguesias de Santar e Moreira.

Mais uma vez, a Câmara põe-nos, assim, um bocadinho de lado. Não sei o porquê. Temos sido confrontados pela população. O que é que? Como é que estão a decorrer as obras? Como é que elas? Quais são as estradas que vão ser cortadas? Qual é o pavimento que vai ser colocado? E nós, mais uma vez, não sabemos responder porque essa informação e sabe que é verdade, essa informação já foi pedida várias vezes. Já foi enviado um e-mail para a Câmara. E, até à data não nos foi chegada essa informação.

É de muito mau tom, mesmo comecem uma obra desta dimensão em Santar. Nunca convidaram a Junta a estar presente para possíveis esclarecimentos. Nós não estamos à espera de convites para desfile de obras. Acho que a Junta tem o direito de ser parte integrante nesta e em qualquer obra feita na Freguesia.

O conhecimento de que temos deste Projeto foi o que foi falado numa sessão pública em Santar. Mas também, nessa altura, poucos dados foram apresentados. Já solicitámos, como eu já referi, o Projeto final e ainda não nos foi apresentado.

Ontem, por acaso, consegui falar com o Encarregado de Obra e deu-me algumas informações. Mas acho que essa informação deveria ter sido dada pela Câmara e não pelo Encarregado de Obra que está a ser realizado. Tal como os achados romanos, ou até medievais, não sei bem, que foram encontrados numa das ruas de Santar e a Junta não soube de nada.

Acho que mais uma vez, devíamos ter sido, deviam-nos ter comunicado alguma coisa, acho eu Não sei se nas outras Freguesias isso também acontece, mas em Santar está a acontecer. Não nos dão essas informações. Vocês reúnem-se. Juntam o Executivo. Vão ver a obra. E nunca foram capazes de chamar alguém do Executivo da Freguesia para poder estar presente, para poder ser esclarecido, para poder também, ao fim de ser esclarecido por Vossas Excelências, depois poder esclarecer o Povo que tanto tantas perguntas faz sobre o que se está a passar em Santar neste momento, as ruas praticamente todas fechadas. Mas, pronto, se queremos obra também temos que sofrer essas consequências. Mas, pronto, acho que o Povo de Santar merecia um bocadinho mais.

É tudo. Obrigada.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhora Deputada, Senhora Presidente de Junta. Dou a palavra à Senhora Deputada Isabel Cristina Gonçalves.

A Senhora Deputada Isabel Cristina Gonçalves:

- Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Estimado Público. Os meus cumprimentos a todos.

Pronto, eu venho colocar apenas 2 questões em muito concretas que estão relacionadas com situações que, pela sua própria natureza, exigem uma resolução urgente e, portanto, deveriam manter-se atentos e tentar resolvê-las com a maior celeridade possível.

E a primeira prende-se, exatamente com a intervenção que a Câmara fez, que foi realizada em setembro de 2025, em pleno período pré-eleitoral, ali numa via junto à Escola Secundária, que se chama Rua Alberto Cardoso Vilhena, em frente às Escolas Primárias e que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

percorre a restante rua. E que, como todos nós sabemos, foi alcatroada, executada com grande celeridade.

Ela, efetivamente, foi executada e apesar dessa rapidez inicial, verifica-se que, volvidos vários meses, todos em época escolar, até à presente data, a via permanece sem qualquer sinalização horizontal, nomeadamente sem as passadeiras que anteriormente existiam. Passadeiras, essas, que são, naturalmente, absolutamente, essenciais, numa Zona escolar, numa Zona em que a segurança deveria ser a maior prioridade, quer pelos alunos e também quer pela restante Comunidade.

Então, quero perguntar ao Senhor Presidente: Qual a razão da ausência prolongada da sinalização horizontal naquela via até à presente data? E para quando está prevista a reposição dessa sinalização horizontal, nomeadamente, a passadeira que ali tanto faz falta e restantes elementos da segurança rodoviária?

A segunda questão prende-se com a estrada de acesso ao cemitério novo, que se chama Rua da Fonte Grande. É um espaço que entendo eu e penso que toda a gente que, pela sua natureza, exige respeito, dignidade e condições mínimas de acessibilidade, que todos nós sabemos que até à data de hoje não tem. A estrada encontra-se num estado bastante degradado, com buracos, com dificuldades de circulação. Todos nós sabemos que aquela estrada também é, frequentemente, utilizada nos Óbitos pelas viaturas funerárias e pelas pessoas que acompanham o Ente falecido.

E, portanto, nesta questão também gostava de perguntar e de saber se está prevista alguma intervenção para aquela via de requalificação, nomeadamente. E, no caso afirmativo, que é o que se espera, Qual o prazo previsto para a sua concretização?

Senhor Presidente, como está a ver, tratam-se de 2 questões apenas e 2 situações, completamente, distintas, mas que têm um denominador comum, que é a segurança e a dignidade dos Municípios. Portanto, a fim de garantir a necessidade desta segurança e desta dignidade, aguardo pela explicação.

Muito obrigada.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Obrigada, Senhora Deputada. Tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Borges, do Partido Socialista.

O Senhor Deputado Pedro Borges:

- Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa, saúdo a restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara. Na sua pessoa, saúdo a restante Vereação, Senhoras e Senhores Deputados, Estimado Público.

Relativamente ao estado da Estrada Nacional n.º 231, no troço entre Viseu e a Ponte sobre o Rio Mondego, no sentido de Seia, entendemos tratar-se de uma preocupação que é transversal a todos os que utilizam esta via e que partilham a responsabilidade pelo desenvolvimento do nosso território.

Estamos certos de que o Senhor Presidente da Câmara já terá, em devido tempo sinalizado e exposto esta situação junto das Entidades competentes, no âmbito das suas funções e responsabilidades institucionais. No entanto, parece-nos, igualmente, importante que esta preocupação possa ser expressa de forma clara e formal por este Órgão Deliberativo, reforçando, institucionalmente, essa posição.

É precisamente com esse objetivo de dar maior força, expressão e alcance a uma preocupação, que julgamos ser comum, que apresentamos a presente Moção na expectativa de que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

a mesma possa merecer o contributo e a subscrição das restantes Bancadas, permitindo, assim, uma aprovação tão alargada quanto possível. E passo a ler a Moção.

MOÇÃO

Pela Requalificação da Estrada Nacional n.º 231, no troço - Viseu - Ponte sobre o Rio Mondego (sentido de Seia)

Assembleia Municipal de Nelas

A Assembleia Municipal de Nelas, reunida em sessão pública ordinária, reconhece a importância da Estrada Nacional n.º 231, no troço compreendido entre Viseu e a Ponte sobre o Rio Mondego, no sentido de Seia, enquanto eixo fundamental de ligação regional, com relevância para a mobilidade das populações, a atividade económica e a coesão territorial.

Verifica-se, contudo, infelizmente, que este troço apresenta, atualmente, um conjunto de constrangimentos ao nível do estado do piso, da sinalização e das condições gerais de circulação, que justificam uma intervenção de requalificação, tendo em vista a melhoria da segurança rodoviária e do conforto dos seus utilizadores.

Neste sentido e num espírito construtivo de cooperação institucional, a Assembleia Municipal de Nelas delibera:

1 - Sublinhar a importância da requalificação deste troço da Estrada Nacional n.º 231, tendo em vista a melhoria das condições de segurança e mobilidade;

2 - Solicitar às entidades competentes, nomeadamente, à infraestruturas de Portugal, S.A. e Ministério das Infraestruturas e Habitação a avaliação da situação e a programação das intervenções consideradas adequadas;

3 - Recomendar ao Executivo Municipal que acompanhe este processo e desenvolva as diligências institucionais que entenda pertinentes no sentido de contribuir para uma solução célere e eficaz;

4 - Dar conhecimento da presente Moção às entidades competentes e aos outros Municípios abrangidos, diretamente, por esta via: Município de Viseu e Município de Seia.

A Assembleia Municipal de Nelas reafirma, assim, o seu compromisso com a promoção da segurança, da mobilidade e do desenvolvimento equilibrado do território.

Nelas, 29 de abril de 2026.

Disse.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Muito obrigado. Ora, deu entrada, então, a Moção que acabámos de ouvir, sobre a Requalificação da Estrada Nacional n.º 231. Julgo que é o troço desde Viseu, passando pelo Rio Dão e o Rio Mondego. Bom, estava apenas a situá-la. Ok.

Alguém dos Senhores quer fazer uso da palavra sobre esta Moção? Passo então a colocá-la à votação: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada, por unanimidade. Senhor Deputado João Pedro Pereira, faz favor.

O Senhor Deputado João Pedro Pereira:

Ora, boa noite a todos. Antes de mais, gostaria de cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados e o Público aqui presente.

Relativamente ao Projeto de Requalificação do Campo número 2 do Sport Lisboa e Nelas, com o relvado sintético, gostaria de colocar 2 questões ao Senhor Presidente da Câmara. Primeira questão: Qual a previsão do início e conclusão das obras do respetivo sintético? E a segunda questão: Se essas mesmas obras podem comprometer o início da Época da Formação de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Futebol 2026/2027, sem a necessidade de deslocação a Estádios de outros Clubes para os respetivos treinos e respetivos jogos em casa.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Obrigado, Senhor Deputado. Mais alguém que quer fazer uso da palavra? Não há mais nenhuma intervenção. Senhor Presidente da Câmara, quer fazer uso da palavra para responder?

O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral:

- Sim, sim.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Tem a palavra, Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Então, muito boa noite a todas e a todos. Começo, naturalmente por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia, a Senhora Primeira Secretária, a Senhora Segunda Secretária hoje em funções, o Senhor Vice-Presidente, as Senhoras Vereadoras, os Senhores, Vereadores, as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados da Assembleia Municipal, Estimada e Estimados Presidentes de Junta, Caríssimo Público e Senhor Colaborador da Autarquia.

No que concerne aos assuntos que aqui foram aflorados e antes de entrar na resposta, deixada só 2 notas muito rápidas. Ontem, a informação julgo que é pertinente, no decorrer do dia de ontem estive na apresentação do Programa do PTRR – Programa de Transformação e Resiliência, que foi apresentado ontem, com uma dotação orçamental superior a 22.5 mil milhões de euros. E que prevê um conjunto de investimentos bastante razoáveis na próxima década, ainda para explorar. Parte, fala do Investimento Público, de Investimento Privado e de Fundos Estruturais.

O documento já é público. Já é do conhecimento generalizado. Embora, como ontem foi referenciado, não é um documento fechado, mas é um documento em construção, em permanente construção. Portanto, dizer-vos que também no seguimento dessa apresentação, houve reuniões e passo aqui já para um ponto que hoje foi aqui aflorado, com Membros do Governo, quer Ministros, quer Secretários de Estado, onde, naturalmente, abordámos algumas questões de Fundos Estruturais, de Projetos do Município, em particular de 2 questões que foram relevadas.

Com o bom amigo, Senhor Dr. Pedro Dias, do Desporto e com o Senhor Dr. Silvério Regalado, da Administração Local, o Senhor Secretário de Estado, para questões relacionadas com candidaturas e projetos de equipamentos com Instituições e com Associações do Concelho.

Mas, dizia eu, com, particularmente com o Ministério das Infraestruturas, foram invocadas, como questões prioritárias, já lá vou à Estrada Nacional n.º 231. Mas o que foi mais falado foi a questão das Acessibilidades. E na questão das Acessibilidades, entre outras questões, foi reiterado, preparámos um conjunto de informação que entregámos ao Ministério, em particular com 2 questões: Uma, com a Variante circular de Nelas que, como sabem, decorre de uma assunção da construção da Estrada pelo Município de Nelas, substituindo, na altura, o próprio Estado.

O que estava acordado era que o Município de Nelas avançasse com essa infraestrutura e mais tarde, ser ressarcido pelo próprio Governo, pela Administração Central, coisa que nunca se veio verificar. O IC 12, A35, agora com o nome que tem, nunca foi concluído. E era uma contrapartida que havia, esta Variante circular para a circulação do tráfego no nosso Concelho, em particular, na Vila de Nelas.

O que acontece é que nós fizemos, com vários Estudos e solicitámos orçamentos a diversas empresas. Já falámos aqui. O orçamento que nós temos aponta para 4 milhões de euros na



sua extensão desde a Rotunda da Vinha até à Rotunda da Zona Industrial, como é chamada, ou como nós a conhecemos. Naturalmente que há uma componente dessa via, que pode não ser na totalidade, com uma intervenção de fundo, em particular, da Jaca para cima. Mas, de qualquer maneira, nunca será abaixo dos 3.2 milhões de euros, 3.3 milhões de euros.

Naturalmente que é importantíssimo que nós façamos aquele investimento. É uma via que tem causado muitos constrangimentos, muita despesa, muita dor de cabeça, nenhuma solução é a ideal a que tem sido feita, desde o betuminoso a frio, a quente, já tentámos tudo. Obviamente, não dá porque está com cargas de trânsito em circulação muito maiores do que aquilo que foi projetado. O que também é normal. Na altura, foi projetado para um conjunto de cargas. Aumentou, exponencialmente, a circulação de veículos, particularmente, pesados. E, portanto, a estrada está com aquela questão.

E o que é a recomendação de todos que, connosco falaram, foi a intervenção tem que ser uma intervenção de fundo. Tem que ser arrancado tudo porque não basta fazer uma intervenção de mera cosmética. E ficou agendado para o próximo dia 7 de maio, uma reunião exclusiva com o Município de Nelas só para as questões relacionadas com as infraestruturas. Seja a contrapartida financeira que pedimos e teve atendimento. Mas do atendimento à sua efetivação é um passo que nós gostaríamos e queríamos e gostamos de ver concretizado. E temos expectativas que assim possa ser. Falta saber o enquadramento. Até porque no PTRR também há lá uma componente muito forte para essa questão da coesão e da Mobilidade e das Acessibilidades.

Mas estava a falar, além da Variante circular, falámos, naturalmente, da conclusão do IC 12, agora A35, da questão do IC 37, que está evidenciado no PROTE, mas que ainda custa a arrancar do papel e já que, nesta altura, a Infraestruturas de Portugal e o Senhor Ministro Miguel Pinto Luz andam a anunciar pelo algum início de Projetos. Sinalizámos O IC 37, que seria uma via, absolutamente, estratégica se viesse a acontecer. Naturalmente, temos a ideia que mesmo que haja esse deferimento à solicitação, demorará um tempo muito razoável a ser construído e nós sabemos isso. Mas, pormos isto na Agenda e pormos isso consignado até no que é no PTRR, que é nossa intenção, julgamos nós que estaríamos no bom caminho.

De igual modo, falamos da questão da Ferrovia, em particular de uma componente que não foi contemplada quando foi feita a Modernização da Linha da Beira Alta, que tem a ver com a questão dos passageiros. Está talhada, essencialmente, para a circulação de mercadorias e muito bem, da ligação aos portos do Litoral. E é, extraordinariamente, importante para nós e que passe aqui e que tenha esse potencial também para as nossas empresas e para a circularidade e para a economia local. Mas tem uma outra componente, também não menos despicienda, que é a questão do transporte de passageiros, que não está contemplado na ligação direta. E continuam os passageiros a fazer o Interface na Pampilhosa. E, portanto, basicamente, mantém-se o que se tinha. E, portanto, houve essa exposição. O Ministério ficou de validar as questões que apresentámos para, como uu disse, no próximo dia 7 falarmos sobre esse assunto também.

Naturalmente que a E.N n.º 234 e a E.N. n.º 231, também foram faladas. E, apesar de tudo, a E.N. n.º 234 tem estado com melhores condições que a E.N. n.º 231. A E.N. n.º 231 já não tem uma intervenção há muitos anos e foi dada nota disso. Foi feito, inclusive, um reforço por um conjunto de Municípios que fizeram o mesmo no sentido de que a IP pudesse, o Ministério, através da sua operacionalização da IP, fosse feita, rapidamente, a reposição, como já foi, de tapete, que até era feita com mais regularidade. E talvez 7 a 8 anos a esta parte não foi feita.

Portanto, no que concerne a esta questão da Acessibilidade e da E.N. n.º 231, julgo que é isso, Senhor Deputado Pedro Borges, peço desculpa, era essa era esta questão? Ou houve outra questão? Ou foi só esta, não foi? Pronto, muito bem.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

No que concerne ao que disse a Senhora Deputada Mafalda, dizer-lhe 2 coisas: A evidência é o que é. De facto, não houve essa resposta. O que é estranho. Eu vou-lhe explicar, até porque é que é o estranho. Naturalmente que a Senhora Deputada e tem todo o direito a pensar o que entender, como é óbvio. Mas o que é facto é que o Despacho foi feito para ser facultado. E tanto assim é, que cada vez que há pedidos na Câmara. Eu estou-lhe a falar do procedimento da reunião de Câmara. Cada vez que são pedidos o acesso aos documentos, às empreitadas, às obras são, imediatamente, concedidos.

Portanto, nós até agilizamos o dia e está lá a documentação toda. E temos feito essa validação, fosse com as obras de PRR, fosse com as obras do PT 2030, fosse com a nova conduta, fosse para a APR. E, portanto, não fará muito sentido facultar a informação toda à Vereação do Partido Socialista e do Partido Popular CDS/PP e não facultar aos Senhores Deputados da Assembleia Municipal do PS. Como compreenderá, não faz sentido.

Portanto, o que eu lhe posso dizer é que eu vou averiguar. Tenho pena. Mas posso-lhe dizer já uma coisa: Já na segunda-feira, Senhoras Deputadas, se puder, na segunda-feira, terão. Eu sei que foi dada a resposta. Mas, se assim o entenderem, na segunda-feira, estejam à vontade para consultar. Os Processos vão ficar disponíveis no Serviço de Obras. É fácil. É falarem com a Senhora Eng.^a Susana Mesquita. Ficam lá disponíveis. A partir de segunda-feira, quando assim o entenderem. Também já dei indicações nesse sentido. Acabei de o fazer aqui pelo Watshap. Tem estas coisas, estas particularidades boas.

Portanto, o que é que eu posso fazer? Olhe, Senhora Deputada, pedir-lhe desculpa por não ter tido a resposta que devia. E dizer-lhe que espero que tome como certa a informação que lhe estou a dar, porque é verdadeira. Portanto, disponibilizar para reparar isso, nada de melhor que uma célere resposta, ou amanhã mesmo, se o entenderem, se também tiverem disponibilidade, se tiverem Agenda. Dizer-vos que vai estar dada a indicação para os documentos lá estarem. Portanto, quando vos aprouver, quando tiverem disponibilidade, sintam-se confortáveis com o que diz respeito a essa consulta. Até porque um dos documentos até já foi consultado até pela Vereação. Portanto, não faz sentido. Portanto, fica essa nota.

No que concerne à Senhora Presidente da União de Freguesias de Santar/Moreira, Senhora Presidente Anabela, dizer-lhe 2 questões: Sobre o não conhecimento do Projeto, ó Senhora Presidente, na altura, não era Presidente mas fazia parte do Executivo anterior. Eu recorde, você falou, de leve, da sessão de esclarecimento. Mas deixe-lhe dizer que, se calhar, se calhar, a melhor coisa mesmo a falarmos é dizermos como é que correu essa sessão de esclarecimento.

Por vezes esquecemo-nos das coisas. É natural. O tempo passa e se calhar esquecemo-nos. Nessa reunião foi feita a reunião com a Câmara, com a Responsável dos Serviços de Obras da Câmara, a Senhora Eng.^a Susana Mesquita. O Projetista do Projeto esteve presente a apresentar o Projeto. Fizemos uma apresentação em suporte digital, onde foi dito o Projeto, em que consistia, quais eram as ruas, se era paralelo, se era alcatrão, como era o lancil. Fizemos essa apresentação. Essa apresentação ainda existe. Foi preparada para o efeito pelo Projetista a nosso pedido.

E foi feito na Sede da União de Freguesias de Santar/Moreira e foi lá, tudo o que a Senhora Presidente hoje questionou, foi tudo dito lá, excetuando e muito bem a questão do que a obra está a decorrer. Agora, em que consiste a obra, o financiamento, o modelo, o que é que vai se, se é com o vinho, está lá tudo. E isso foi tudo dito nessa reunião.

E, portanto, eu não sei, além de que esse Projeto, além de ter sido tudo dito, mesmo em termos do que é o conhecimento. O Projeto já foi, inclusive, até consultado. É, perfeitamente, consultado. Não temos nenhum, não temos nada para esconder, até pelo contrário, porque foi um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Projeto que foi feito, a Senhora, atual Presidente, sabe, foi feito no mandato do Partido Socialista, em termos de Câmara e não foi aprovado. Nós refizemos o Projeto e foi aprovado. Esteve 2 anos e meio na gaveta e nós retirámos lá e foi aprovado. Portanto e tudo foi explicado.

Sobre como a obra está a decorrer, a parte da sinalização, eventualmente, podia ter sido feita mais antecipadamente? Podia. Mas, como sabe, no decorrer de uma obra, às vezes é o próprio Empreiteiro que nos diz: Olhe, já acabámos este troço. Acabámo-lo mais cedo. Podemos andar? E nós dissemos que sim. Sabe porquê, Senhora Presidente? Como toda a gente aqui sabe, é a questão dos prazos. Eu não quero dar nenhuma. Eu prefiro ouvir isto porque a obra, não foi feita nada de diferente. É mera operacionalização. Porque a obra é mais importante que seja concretizada, do que não. O que é que é importante? É que no final do dia o Centro Urbano de Santar esteja requalificado. E tem um investimento de 1 milhão de euros, participado a 100%, que seja executado. Essa é a minha grande preocupação e vai continuar, naturalmente, a sê-la.

Sobre os achados, dizer-vos uma coisa, que é o seguinte: Não é por dizermos muitas vezes uma coisa que ela se torna verdadeira. Não são romanos, naturalmente. Podiam ser? Sim, poderiam. Mas não são. Como sabem, a Câmara tem um Arqueólogo que está, devidamente habilitado. O procedimento é feito e acompanhado pelo IPAR, naturalmente com o Relatório. E, portanto, se está feito, é porque continuará a ser bem acompanhado. Isso, não tenho dúvidas. Tenho plena confiança. Duas coisas: Da questão processual, porque ele reportou isso a quem de Direito. A Responsável da parte da Cultura da CCDR que esteve cá no território. Foi lá à obra. Validou os achados que foram feitos. E deu as instruções para continuar a obra naquelas prerrogativas. E, portanto, está a ser feito tudo com a normalidade, sem alarmismos nenhuns e em execução.

Mas deixar outro apontamento: É que nestes ditos achados já lá há tubos também incluídos. Portanto, esta admiração toda nova, há achados lá, mais próximos até do Século XVII, eventualmente, Século XVII, Século XVIII. Mas há lá achados que estão, nós surpreendemo-nos que os achados, mas curiosamente os achados maiores é a tubagem que já lá estava, que agora os admiram a todos. Portanto, para dar também essa nota.

A Senhora Deputada Isabel Cristina, a Rua Engenheiro Alberto Cardoso Vilhena, a Rua Engenheiro Cardoso Vilhena dá o nome maior ao nosso Centro de Estudos Vitivinícolas, que comemora este ano 80 anos. E que foi requalificado com démarches muito positivas e assertivas deste Executivo para que fosse reforçada a dotação do PRR e que foi feita e foi concluída. As obras estão a correr. Vão estar concluídas. A Requalificação do edifício emblemático é, absolutamente, determinante para a nossa economia local, em particular para a Fileira da Vinha e do Vinho, estará requalificado. É um investimento de cerca de um milhão de euros.

E dizer-vos que a Rua Engenheiro Alberto Vilhena, a obra que está lá não é uma obra da Câmara, como a Senhora Deputada sabe. É da IP, das Infraestruturas de Portugal. E a obra decorre do que, raramente, aconteceu em outros lados. Foi uma exigência da Câmara, que podia não ter sido atendida porque não estava no Caderno de Encargos. A obra decorreu na Modernização da Linha da Beira Alta. E já vamos à outra que é igual. É parecida. Tinha um grau de deterioração muito grande porque que foi utilizada. Não tinha, não estava projetada a Rua Eng.º Alberto Vilhena. Já também não estava, concretamente, em bom estado. Tinha algumas anomalias, digamos assim. Mas, naturalmente, não estava preparada para ter as cargas que teve e, naturalmente, ficou mais deteriorada.

As reuniões foram feitas. Foram feitas exposições, formalmente. E até trouxemos isso aqui à Assembleia Municipal e a reunião de Câmara, no sentido em que fosse reparada esta situação, a IP e depois com o Ministério, com o Governo, para o Senhor Primeiro-Ministro,



inclusive, onde fizemos esse reporte, que, naturalmente, depois o encaminhou para o Ministério da Tutela. Mas ficou garantido que havia essa intervenção na Rua Engenheiro Alberto Cardoso Vilhena.

Dizer-lhe que tem razão. A sinalização horizontal peca por não estar executada. Mas dizer-lhe que a IP, já nós temos reportado diversas vezes, quer com a IP, quer com o Responsável Regional da IP, o Senhor Eng.º Nuno Gama. E, portanto, dizer-lhe que uma coisa: A obra não foi executada antes das eleições. A obra foi executada depois das eleições. Foi na semana seguinte. Só para dar esta nota porque para não ficar com uma ideia diferente daquilo que, realmente, foi. Portanto, as eleições são a 12 e a obra foi executada, se a memória não me atraiçoa, a 15, ou a 16. Portanto, não teve validade ao contributo para alguma coisa que, eventualmente, pudéssemos estar a falar

A Rua Fonte Grande, vulgo, a Rua do Cemitério Novo é, em tudo semelhante. A Rua também não está em bom estado. Nunca esteve também em abono da verdade. Vai-se, desculpem a expressão, colocando um bocadinho de betuminoso aqui e ali em parte mais deteriorada, digamos assim. Mas também decorre do que era o estaleiro. Há um estaleiro que era para a empresa SACYR, que era a empresa que fez a empreitada, ou o Responsável maior de empreitada. E grande parte do desgaste foi aí. E, portanto, nós ainda temos uma questão que a empresa SACYR precisa da Câmara.

Nós, durante muito tempo, houve coisas que a empresa SACYR nos pediu em termos de licenças e foi aprovado, por unanimidade, na Câmara, no mandato anterior pelos Senhores Vereadores do PSD, do CDS e do PS e foi aprovado por toda a gente, por unanimidade, para, eventualmente, fazer, desculpem a expressão, pressão sobre a empresa SACYR para não se esquecer do que tinha a fazer. E aqui é o mesmo.

A empresa SACYR não concluiu tudo da obra. A circulação do comboio está feita. Mas, por exemplo, para ficarmos com uma ideia, ainda estão a acabar de partes que têm a ver com as Estações e com outras componentes e vão precisar outra vez da Câmara. O que nós dissemos e mantemos é: Não iremos fazer a parte daquilo que eles pretendem e precisam até eles fazerem o que a IP fez, que é reparar a Rua da Fonte Grande.

E dizer-vos outra coisa, porque toda a gente sabe como é que isto é também: Eventualmente, se, porventura, eles forem embora e não acabarem. Pode acontecer? Pode. A Câmara tem que fazer, naturalmente, a reposição da via. Mas, naturalmente, num processo negocial com alguém que não está disposto e ainda por cima, numa empresa privada, ninguém é altruísta. Não há cá gente que venha aqui com benesses e profilaxia.

Portanto, a nós, o que nos interessa mesmo é que a obra seja feita. Se não for feita através da empresa SACYR, será feita, naturalmente, através da Câmara. Mas se a empresa SACYR estiver à espera que nós a façamos já, para descartar, para tirar a água do capote, não vai contar connosco. Vamos levar isto, como nós tínhamos definido, até no mandato anterior, até às últimas consequências, digamos assim, no que é a defesa do interesse público, neste caso do Erário Municipal.

No que concerne ao Senhor Deputado João Pedro Pereira, no que concerne ao relvado sintético, temos um Concelho que durante muito tempo não teve relvados sintéticos. Eu, por acaso, gosto bastante. Nós todos, agora andarmos a falar em relvados sintéticos e durante 20 anos, nenhum relvado sintético. Aliás, não há nenhum relvado sintético. O Concelho de Nelas é o único Concelho que não tem relvados sintéticos. Mas é verdade isso. Podem acreditar.

Dizer-vos uma coisa tão simples quanto esta: No que concerne a relvado sintéticos, nós vamos conseguir em 5 anos o que não foi feito em 20 anos e houve oportunidades, porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

candidaturas, Fundos Estruturais, sempre houve. A pergunta é: Porque é que não foram feitos? E agora vão ser feitos. É simples. Um está em execução. Estamos a ter algumas contrariedades na execução, mas vamos chegar a bom porto, com o Sporting Clube de Santar.

Temos a veleidade, que me parece naturalíssima, do Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim, também almejar, ter um sintético, que é justo e o que é, perfeitamente, natural e que nós apoiaremos. E assumimos isso, até em reunião de Câmara, os apoios e o montante até de onde é que pode vir. E vamos ter um relvado municipal, municipal. À semelhança do Pavilhão Municipal, é feito para a Escola e para atividade desportiva regular dos Municípes e dos Clubes e das Associações. O sintético é o mesmo. Nós, na informação que fizemos aos Agrupamentos de Escolas, foi também nesse sentido, dos dois.

O relvado sintético é municipal. Que não restem dúvidas. É municipal. Portanto, se é municipal, é para ser usado, como qualquer infraestrutura municipal, por todos, em particular pelas Escolas, que vão ser efetivadas, no sentido positivo, para conseguirem aproveitar o equipamento. Nós estamos a falar de equipamento com bastante qualidade. E o prazo, a expectativa é que esteja pronto para o começo da nova Época, como eu espero que o assunto seja tratado. Se, eventualmente, a coisa não correr bem, não há problema. A culpa é do Presidente da Câmara e eu assumo isso.

E cá estaríamos para 2 questões: Um - Se tivermos que arranjar um Plano B e andarmos, outra vez, com as casas às costas e ninguém quer. E ninguém está para aí virado e a culpa ser do Presidente da Câmara. Tudo bem, porque no final do dia sei pode demorar um bocadinho mais do que aquilo que nós gostaríamos. Mas vamos ser os sintéticos que almejávamos e que desejaríamos. Isso, eu, não tenho dúvidas. Portanto, obviamente que não há ninguém mais do que eu que queira que os sintéticos estejam preparados para a nova Época.

Ninguém. Acreditem. Não há nenhum Clube, não há nenhum Diretor, não há nenhum Treinador, não há nenhum Atleta, não há nenhum Encarregado de Educação, não há nenhum Municípe, como é óbvio. Porque se as coisas estiverem prontas a tempo, correu tudo muito bem, nem há lugares para encómos. Se correr mal, a culpa é do Presidente da Câmara. Portanto, tranquilo. É a vida. Eu sei que é assim que funciona. É a vida. Eu estou tranquilo quanto a isso. O que é que eu estou tranquilo também? Pelo menos 2 sintéticos, este ano, vamos ter e isso, a mim, agrada-me, particularmente.

Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Alguém mais, neste Período, pretende fazer alguma intervenção? Julgo que não. Então, damos o ponto por encerrado.

Passamos, então, ao Período da Ordem do Dia. E temos, então, a Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmos Senhores Membros da Assembleia

Exmos Senhores Vereadores

De acordo com a alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de apresentar a V.ªs Ex.ªs a informação escrita acerca da atividade do Município desde a última Assembleia Municipal até 31 de março de 2026, bem como a sua situação financeira.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

SERVIÇO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE, GESTÃO URBANÍSTICA E PLANEAMENTO

Reparação/ beneficiação de calçadas, passeios e estradas em todas as Freguesias;
Limpeza e arranjo das ruas, jardins, espaços verdes em todas as Freguesias e zonas industriais do Concelho;

Consolidação de diversos imóveis para proteção de pessoas e bens em diversas freguesias;

 Prolongamento de ramais de água e saneamento;

 Requalificação da Rede Viária;

 Reparação e colocação de diversa sinalização vertical no concelho;

 Limpeza de estradas, ruas, caminhos rurais e florestais;

 Aquisição de terrenos para ampliação das Zonas Industriais e para instalação de infraestruturas;

 Requalificação do Centro Urbano de Santar – Execução do Plano de Acessibilidades

 Requalificação do Mercado Municipal de Nelas – Conclusão dos trabalhos

 Requalificação do Centro de Saúde Nelas

 Requalificação do Centro de saúde de Canas de Senhorim

 “Requalificação da Escola EB 2,3/S Eng.º Dionísio Augusto, em Canas de Senhorim

 Requalificação da Escola Secundária de Nelas

 Reutilização de Águas Residuais Tratadas na ETAR de Nelas III

 Requalificação das 4 esquinas em Canas de Senhorim;

 Av. Vasco da Gama em Carvalhal Redondo – substituição da fossa existente por EE e conduta elevatória;

 Execução de caminho pedonal nas Caldas da Felgueira;

 Reposição e reparação de infraestruturas e equipamentos municipais destruídos pelos incêndios rurais de setembro de 2024, município de nelas – pavimentação de vias e arruamentos – incêndio rural de 16 de setembro de 2024

 Requalificação da Rede Viária do Concelho – Freguesia de Nelas – Rua Aprígio Barbosa e Rua da Cruz em Algerás e arruamento no Bairro da feira

 Requalificação do WC Público na Rua Gago Coutinho

 Estabilização de Emergência pós-incêndio - 1.ª fase - incêndios de 16 de setembro de 2024 | candidatura n.º PDR2020-814-105076.

GABINETE DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Manutenção e atualização das aplicações do ERP AIRC, assegurando o normal funcionamento dos serviços municipais;

 Atualização e monitorização de servidores de virtualização, storage e sistemas de backup;

 Atualização e monitorização de equipamentos de rede, incluindo switches, routers e componentes de comunicação;

 Atualização e monitorização de firewalls e sistemas de cibersegurança;

 Implementação e monitorização de indicadores de compromisso (IOC's) de segurança informática;

 Monitorização e correção de CVE's (Vulnerabilidades e Exposições Comuns) em software, hardware e sistemas

 Gestão e monitorização contínua dos servidores, ativos de rede e parque informático municipal;

 Manutenção e aplicação de atualizações de segurança no website institucional;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Gestão e renovação de licenciamento de aplicações e serviços informáticos;
Início do processo de upgrade do Microsoft Office 2016 para o Office 365
Monitorização e gestão da plataforma de segurança XDR/MDR e dos endpoints;
Continuação das ações de implementação e cumprimento do regime jurídico de segurança do ciberespaço;

Manutenção, otimização e monitorização de bases de dados e sistemas críticos;
Formatação, atualização e manutenção preventiva e corretiva de equipamentos informáticos;

Gestão de contas de utilizador, acessos e permissões nos sistemas municipais;
Suporte técnico à rede municipal, em ambientes wireless e wired;
Apoio técnico a serviços municipais, escolas e jardins-de-infância, através de intervenções remotas e presenciais;

Diagnóstico e resolução de incidentes em sistemas, rede e aplicações;

Monitorização de desempenho e disponibilidade dos sistemas críticos.

Suporte Técnico

Tickets resolvidos: 221 (somente contabilizados os pedidos de suporte recebidos pela aplicação interna de tickets de suporte informático - GLPI)

Intervenções remotas: 25%

Intervenções presenciais: 75%

Disponibilidade dos Serviços

Durante o período em referência, foi assegurada a elevada disponibilidade dos sistemas e serviços de TI do Município, não tendo sido registadas interrupções relevantes nos serviços internos ou externos. A gestão proativa dos sistemas permitiu garantir a estabilidade, o desempenho e a segurança das plataformas críticas de suporte à atividade municipal.

As atividades desenvolvidas centraram-se na manutenção preventiva e corretiva, na atualização dos sistemas, no reforço das medidas de cibersegurança e no apoio técnico aos utilizadores, contribuindo para a estabilidade operacional dos serviços municipais.

Paralelamente, foram também preparadas e iniciadas ações de melhoria e modernização tecnológica, com vista ao reforço da eficiência, fiabilidade e segurança das infraestruturas informáticas, em alinhamento com as necessidades dos serviços e com os requisitos legais e normativos aplicáveis à Administração Pública

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A Subunidade desempenha um papel central na modernização dos serviços públicos municipais, promovendo:

- Eficiência administrativa
- Digitalização e desmaterialização
- Interoperabilidade entre sistemas
- Proximidade ao cidadão

2. Atendimento Presencial: Loja de Cidadão de Nelas

Volume Global de Atendimento

No que respeita ao atendimento presencial na Loja de Cidadão de Nelas, registaram-se 2.673 atendimentos. O Espaço Cidadão/Câmara Municipal realizou 1.355 atendimentos, o Instituto da Segurança Social 1.072 e as Finanças 227.

A média diária de atendimentos ascendeu a 121,5 por dia útil, mantendo o Município como principal ponto de contacto com os cidadãos. Os atendimentos do ISS representaram cerca de 48,7 por dia e os das Finanças cerca de 10,3 por dia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

A distribuição percentual manteve-se inalterada, com o Município a concentrar 50,6% dos atendimentos, seguido do ISS com 40,1% e das Finanças com 8,5%.

3. Espaço Cidadão de Canas de Senhorim e Santar/Moreira

Nos atendimentos de outras entidades nos postos do Espaço Cidadão, os serviços gerais totalizaram 71 atendimentos, os serviços municipais 12 e os serviços relacionados com carta de condução 26, perfazendo um total de 109 atendimentos. Os serviços do IMT representaram 23,9% do total e os serviços municipais 11%.

A diversidade de serviços reforça o modelo multicanal e demonstra utilidade para cidadãos com menor literacia digital.

No Espaço Cidadão de Canas de Senhorim, os valores foram idênticos aos anteriores, totalizando igualmente 109 atendimentos após o acréscimo. A média diária estimada foi de 5 atendimentos, confirmando uma procura consistente e adequada às necessidades locais.

No Espaço Cidadão de Santar/Moreira, registaram-se 46 atendimentos de serviços gerais, 8 atendimentos municipais e 12 relativos ao IMT, totalizando 66 atendimentos. A média diária foi de 3 atendimentos, e os serviços do IMT representaram 18,2% do total. O posto continua a cumprir eficazmente a sua função de proximidade, com procura estável.

4. Serviços Online e Digitalização

Relativamente aos serviços online e à digitalização, foram submetidos 159 pedidos e registados 155 novos utilizadores. A taxa de conversão entre utilizadores e pedidos foi de 97,5%, e a média diária de pedidos situou-se em 7,2. Estes indicadores demonstram uma adesão crescente aos serviços digitais.

5. Candidaturas AAC n.º 158/C19 I01.01/2026 – Desenvolvimento de Projetos no Âmbito da Reformulação do Atendimento dos Serviços Públicos – Remodelação da Imagem e Sinalética das Lojas de Cidadão

Foi preparada a candidatura ao Aviso n.º 158/C19 I01.01/2026, no âmbito da estratégia de uniformização da identidade visual das Lojas de Cidadão. Com o objetivo de reforçar a coerência da imagem institucional desta Rede, torna-se necessário proceder à atualização da imagem e sinalética das Lojas de Cidadão de gestão municipal integradas na rede. Esta iniciativa visa garantir uma experiência mais harmonizada e intuitiva para os utilizadores, promovendo simultaneamente a valorização dos serviços públicos locais.

A candidatura foi aprovada por unanimidade em reunião do Conselho Diretivo da ARTE, realizada a 30 de março de 2026, estabelecendo um financiamento para o projeto até 30.000€.

SERVIÇO DE DESPORTO

Atividades de Enriquecimento Curricular - AEC

Deu-se continuidade da disciplina de Atividade Física e Desportiva inserida nas Atividades de Enriquecimento Curricular direcionadas aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico, as aulas continuaram a decorrer nas instalações desportivas (pavilhão e piscina) e nas instalações do Centro Escolar.

Projeto “Crianças em Movimento...”

Deu-se continuidade às aulas de Expressão Lúdico Motora do projeto “Crianças em Movimento...” para os Jardins-de-infância do Agrupamento de Escolas de Nelas, nas instalações do Centro Escolar de Nelas.

Também se deu continuidade às aulas de Adaptação ao Meio Aquático do projeto “Crianças em Movimento...” para os Jardins-de-infância dos Agrupamentos de Escolas de Nelas e de Canas de Senhorim e jardins particulares do concelho.

Atividades Desportivas da Universidade Sénior



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Deu-se continuidade colaboramos com a dinamização das atividades desportivas da US, assegurando no total 2 aulas semanais de Hidroginástica na Piscina Municipal Coberta.

Projeto “A Hora dos SuperQuinas”

Deu-se continuidade nas aulas de AFD das AEC,s ao Projeto “A Hora dos SuperQuinas” da Federação Portuguesa de Futebol em parceria com a Associação de Futebol de Viseu, nas aulas de AFD do 1.º Ciclo do Ensino Básico, com o objetivo de promover nas crianças a aquisição de estilos de vida ativos e a melhoria da literacia motora através da participação em atividades físicas e desportivas que lhes proporcionem experiências e brincadeiras significativas, positivas, prazerosas e muito divertidas, através da construção de sessões que sejam marcantes e inesquecíveis para as crianças.

Projeto “Andebol4Kids”

Nas aulas de AFD das AEC,s deu-se continuidade a dinamização do Projeto “Andebol4Kids” no 1.º Ciclo do Ensino Básico, em parceria com a Associação de Andebol de Viseu, e pretende potenciar o Andebol como modalidade atrativa nos alunos, aproximar a escola à modalidade e possibilitar o aumento dos números de praticantes, através com o objetivo de promover nas crianças a aquisição de estilos de vida ativos e através exercícios e jogos que pretendem em paralelo a melhoria da literacia motora das crianças.

Projeto “Minibasquetebol 3x3 nas Escolas”

Nas aulas de AFD das AEC deu-se continuidade a dinamização do Projeto “Minibasquetebol 3x3 na Escola” com os alunos dos 3.º e 4.º anos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, dos Agrupamentos de Escolas de Nelas e de Canas de Senhorim, em parceria com a Associação de Basquetebol de Viseu e o Basket Clube de Canas de Senhorim. Pretende-se com este Projeto, potenciar a modalidade junto dos mais novos, aumentar o número de praticantes, promover nas crianças a aquisição de estilos de vida ativos e através exercícios e jogos que se pretende a melhoria da literacia motora das crianças.

Carnaval no Coração do Dão: Carnaval na Piscina Municipal Coberta de Nelas

No dia 14 de fevereiro, realizou –se o Carnaval nas Piscinas Municipais Cobertas de Nelas que se encheram-se de cor, alegria e muita animação, uma iniciativa que juntou cerca de 60 participantes de todas as idades numa celebração aquática do Entrudo.

Da Hidrofolia aos jogos em família, passando pela Party Pool para os mais novos e pelo divertido Aquacarnaval.

Dia Mundial da Água com um o 18.º Torneio de Natacão de Nelas

No âmbito do Dia Mundial da Água, promoveu-se no dia 22 de março de 2026, o 18.º Torneio de Natacão, uma iniciativa que reuniu cerca de 90 atletas de diversos grupos da Escola Municipal de Natacão, com idades compreendidas entre os 5 e os 50 anos. A prova decorreu esta manhã nas Piscinas Municipais Cobertas, numa iniciativa que conjugou competição e desporto, proporcionando aos atletas a oportunidade de demonstrar o trabalho e a dedicação desenvolvidos ao longo da época desportiva, num momento que foi também de convívio e de partilha entre todos os participantes.

Circuito Municipal de Escolas de Natacão da Escola Municipal de Natacão/ Torneio de natacão Professor Afonso Saldanha

Da Escola Municipal de Natacão faz parte a turma da pré-competição, alunos, estes, que foram selecionados para fazerem parte da equipa. Ao longo do ano participam no Circuito de Escola de Natacão no qual competem 17 escolas de Natacão. Assim neste período de tempo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

participaram nas provas no dia 14 de fevereiro nas Piscinas Municipais de Arganil e a 14 de março nas Piscinas Municipais de Aguiar da Beira.

Os alunos selecionados pelos seus respetivos professores da Escola Municipal de Natação participaram no Torneio Afonso Saldanha em São João da Pesqueira no dia 07 de março de 2026.

INSTALAÇÕES

Piscina Municipal Coberta

Continuação do funcionamento das Piscinas Municipais Cobertas para a época 2025/2026 nomeadamente das aulas da Escola Municipal de Natação com: Natação (a partir dos três anos), AquaFitness, Utilização Livre (Sem orientação técnica) e Equipa de Pré-competição (grupo que se insere numa vertente competitiva que participa nas competições no âmbito do Circuito Municipal de Escolas de Natação). À presente data, nos vários grupos de ensino estão inscritos cerca de 440 alunos nas aulas com orientação técnica.

Deu-se continuidade à cedência da instalação aos agrupamentos de escolas do concelho, Agrupamento de Escolas de Nelas para a modalidade de natação no âmbito do Desporto Escolar e ao Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim para aulas de natação para os alunos do curso Técnico Profissional de Desporto.

Pavilhão Desportivo Municipal

Toda a atividade do Pavilhão Desportivo Municipal manteve-se sem quaisquer alterações, continuando a ceder as instalações para diversas atividades, nomeadamente:

Ao Clube ABC de Nelas para treinos e jogos de competição em vários escalões nas modalidades de Andebol e Futsal;

Ao Agrupamento de Escolas de Nelas para desenvolvimento das aulas de Educação Física e para todas as dinâmicas relacionadas com o Desporto Escolar;

Deu-se continuidade às aulas de Atividade Física da Universidade Sénior, que decorrerem semanalmente no Pavilhão Desportivo, assim como, as aulas de Atividade Física e Desportiva, inseridas nas AEC.

Estádio Municipal de Nelas

No âmbito de toda a atividade competitiva e de formação, desenvolvida pelos clubes que utilizam a instalação do estádio Municipal de Nelas, tivemos:

- Cedência das instalações ao clube Sport Lisboa e Nelas para treinos nos escalões de petizes e traquinas, sub 10, sub 11, sub. 13, Sub 16 e sub 18.
- Cedências das instalações ao clube Sport Lisboa e Nelas para treinos e jogos da equipa sénior do respetivo Clube.
- Retoma de treinos e jogos oficiais da formação do SL Nelas no Campo 2, do Estádio Municipal;
- Cedência das instalações ao Sport Clube Nelas e Veteranos para treinos e jogos da respetiva equipa de Veteranos.

SERVIÇOS DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Foram efetuados 74 atendimentos nos Serviços de Intervenção Social. Estes atendimentos são de carácter generalizado.

LOJA SOLIDÁRIA

Registou-se 1 nova inscrição e deslocaram – se à Loja Solidária quatro famílias nos meses de fevereiro e março.

CLAIM – CENTRO LOCAL DE APOIO À INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES

Foram realizados 81 atendimentos a migrantes residentes no concelho e fora do concelho.

INCENTIVO À NATALIDADE



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Foram deferidos 14 requerimentos para atribuição do incentivo à natalidade.

SAAS - SERVIÇO DE ACOMPANHAMENTO E ATENDIMENTO SOCIAL

No âmbito do Serviço de Acompanhamento e Atendimento Social (SAAS), foram realizados 85 atendimentos e 5 visitas domiciliárias, abrangendo um total de 84 famílias e 229 munícipes.

Relativamente às referenciações para ERPI, informa-se que foi efetuada apenas uma referenciação para vaga reservada à Segurança Social (VRSS), no período supra.

No que diz respeito à LNES, foi sinalizada 1 situação de um agregado familiar, cujo Boletim de Emergência (situações que ocorrem fora do horário laboral, feriados e fins de semana) foi remetido pelo Centro Distrital de Segurança Social de Viseu ao Ponto Focal do Município.

RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO - RSI

Relativamente a esta resposta, foram realizados 117 atendimentos e 4 visitas domiciliárias.

Cerca de 193 indivíduos estiveram em acompanhamento no âmbito da prestação de RSI, englobando 95 famílias.

PROGRAMA PRIVAÇÃO MATERIAL – PPM

Identificação e encaminhamento de situações de carência alimentar para o Programa de Privação de Material do ISS - beneficiaram deste programa 50 famílias, sendo que 33 beneficiam do Cabaz Alimentar e 17 usufruem do mesmo, mas através do Cartão Social.

No total, estão a beneficiar 149 indivíduos.

APOIOS ECONÓMICOS

No mês de dezembro, foram atribuídos 6 apoios económicos a famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, no âmbito da transferência de competências em matéria da Ação Social para os Municípios.

APOIO PSICOLÓGICO

Referente ao período mencionado, realizaram-se 7 atendimentos psicossociais no âmbito do RSI e SAAS. Além dos atendimentos psicossociais referidos anteriormente, foram efetuados cerca de 116 atendimentos presenciais: 31 atendimentos no âmbito do RSI; 6 atendimentos no âmbito do SAAS e 79 atendimentos no âmbito da Ação Social (assuntos e/ou tipologias diversas). Realizaram-se 4 visitas domiciliárias.

No âmbito do acompanhamento psicológico, encontram-se atualmente em acompanhamento 4 munícipes, encaminhados pelos Serviços de Intervenção Social (SIS), pelo CLAIM e pelo Radar Social.

Desde o início do ano letivo 2025/2026, a Técnica Superior na área da Psicologia está a lecionar a disciplina de Psicologia e Cidadania, assim como sessões de Relaxamento, semanalmente, na Universidade Sénior de Nelas.

No âmbito do Projeto de Promoção do Sucesso Educativo (PSE) e Prevenção do Abandono Escolar no Concelho de Nelas – no Agrupamento de Escolas de Nelas e no Agrupamento de Canas de Senhorim – a Técnica Superior na área da Psicologia disponibiliza 2 dias por semana para este projeto.

Quanto ao acompanhamento psicológico dos alunos no Agrupamento de Escolas de Nelas, é individualizado, sendo que são acompanhados 7 alunos que frequentam a E.B. 2,3 Dr. Fortunato de Almeida e o Centro Escolar de Nelas, todas as semanas.

Decorrente da análise de necessidades realizada nos dois Agrupamentos de Escolas do Município de Nelas, encontram-se atualmente em desenvolvimento dois programas dinamizados pela Psicóloga Daniela Loureiro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O primeiro consiste num Programa de Orientação Vocacional e Profissional, destinado aos alunos do 7.º ano do Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim, em colaboração com o Serviço de Psicologia e Orientação. Este programa tem como objetivo dotar os alunos de competências essenciais para o início do processo de orientação escolar e profissional, abrangendo aproximadamente 49 alunos.

O segundo Programa Psicoeducativo “Auto-regulação Comportamental em Sala”, está a ser implementado no Agrupamento de Escolas de Nelas. Tem como público-alvo a turma que evidenciou maiores dificuldades ao nível comportamental, identificadas após avaliação prévia.

Relativamente à Terapia da Fala, no Agrupamento de Escolas de Nelas, o número de casos em intervenção semanal é de 13. Até ao dia 31 de março, foram realizadas 94 sessões de intervenção.

Relativamente ao Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim, no início do mês de fevereiro, foram concluídas as 5 avaliações em falta, de um total de 43.

Posteriormente, realizou-se uma reunião entre a terapeuta da fala, a coordenadora do PSE e elementos do Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim, durante a qual foram definidos os alunos a integrar o acompanhamento terapêutico.

Atualmente, o número de casos em intervenção semanal é de 14, classificados com níveis de prioridade alta e média. A intervenção terapêutica teve início no dia 2 de março. Até ao dia 31 de março, foram realizadas 53 sessões de intervenção.

CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS SOCIAIS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CANAS DE SENHORIM E DE NELAS

Foi solicitada por dois Bombeiros Voluntários a isenção do pagamento das refeições dos seus educandos, assim como o reembolso do pagamento do IMI por cinco Bombeiros Voluntários, no âmbito do Regulamento Municipal de Concessão de Benefícios Sociais às Corporações de Canas de Senhorim e de Nelas.

AVALIAÇÃO DO PRÉ-ESCOLAR

Foram realizadas 6 avaliações de situações de famílias em situação de vulnerabilidade social que solicitaram a avaliação no sentido de enquadrar o agregado familiar em termos de pagamento quer do serviço de refeições quer no prolongamento de horário.

BENS ALIMENTARES

Foram entregues no período supramencionado 7 cabazes de bens alimentares.

RADAR SOCIAL

No âmbito do projeto foram já referenciados 747 indivíduos com 817 processos. Foram realizadas, 38 Visitas domiciliárias e 151 atendimentos no serviço.

PROGRAMA CONTRATOS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - CLDS 5G – Criar, Participar e Valorizar.

A equipa no âmbito do seu Plano de Ação, realizou as seguintes atividades:

Eixo I – Emprego, formação e qualificação

Atividade 1 – Abertos agora - Loja do Emprego

Foram publicadas 14 ofertas de emprego, disponibilizadas pelas empresas, comércio e serviços sedeados no Município de Nelas.

Foram registadas 31 manifestações de interesse nas diferentes ofertas de emprego junto da equipa CLDS 5G.

Atividade 2 – (In) Forma-te

No dia 9 de março de 2026, no Auditório do Edifício Multiusos de Nelas realizou-se uma ação denominada “Mulheres do Dão: da Capacitação à Ação”, integrada na Atividade 2 (In)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Forma-te, do Eixo I – Emprego, Formação e Qualificação do projeto CLDS 5G – “Criar, Participar e Valorizar”, do Município de Nelas. A sessão foi aberta à comunidade, teve como público-alvo mulheres, com especial enfoque em mulheres desempregadas, procurando inspirar e capacitar as participantes para a criação do próprio emprego e para o desenvolvimento de projetos pessoais e profissionais, contou com a participação de 21 Múncipes. Atividade desenvolvida em parceria com a associação Interioriza-te! Youth – Social Innovation Hub.

Atividade 8 – Laboratório das Profissões

Foram realizadas 4 sessões de informação, as sessões realizaram-se no **Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim e Agrupamento de Escolas de Nelas**, teve como público-alvo os alunos do ensino profissional. A iniciativa contou com a participação de 58 alunos e integrou-se na atividade 8- Laboratório das Profissões do Eixo I – Emprego, Formação e Qualificação, com o objetivo de dotar os jovens de ferramentas e conhecimentos práticos que facilitem a sua futura integração no mundo profissional. As sessões contaram com a colaboração das responsáveis dos serviços de recursos humanos de duas empresas locais, a **Qbeiras** e a **Movecho**.

Eixo III – Promoção da autonomia, envelhecimento ativo e longevidade

Atividade 10 – Sempre Jovem, +60

Foram iniciadas as visitas de carácter informal e acompanhamento personalizado, para suprir dificuldades da população envelhecida, nomeadamente o combate ao isolamento, solidão e ou outras vulnerabilidades e exclusão social. No âmbito desta atividade estão a ser acompanhados 31 séniores.

Atividade 16 – Vamos conversar para melhorar

Foi realizada mais uma sessão de sensibilização denominadas “Maus Tratos à pessoas idosa”, no dia 20 de março, com a participação contou-se com a presença dos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim, bem como de alguns muncípes, no total foram 20 participantes. Atividade em parceria com a GNR destacamento de Mangualde.

Reunião de Núcleo Executivo em 24/02/2026 e CLASN em 18/03/2026

Emissão de parecer ao Projeto Jogos + Vida 2.0 da Associação de Futebol de Viseu a ser implementado no Concelho de Nelas, para além de Mangualde e Tondela

Monitorização final do Plano de Ação da Rede Social de Nelas de 2025 – Aprovação

Proposta de Plano de Ação da Rede Social de Nelas para o ano de 2026

Monitorização semestral do Plano de Ação do Projeto CLDS 5G, Criar, participar e Valorizar

Radar Social – Informações gerais.

O Município de Nelas aderiu à Hora do Planeta no passado dia 28 de março, das 20h30m às 21h30m. O momento foi marcado com o apagar das luzes do Largo Município, onde se encontra a Câmara Municipal e a Fonte Luminosa, por essa hora.

A “”, mais concretamente, consiste em desligar simbolicamente as luzes durante uma hora e acontece anualmente no último sábado de março. Trata – se da maior mobilização do mundo relacionada com a perda acelerada da natureza e com a necessidade de redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE).

UNIVERSIDADE SÉNIOR DE NELAS

Fevereiro 2026

Participação na reunião Legionela - Importância da Prevenção e aplicação das medidas preventivas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Projeto Itinerante - Rastreios de Risco Cardiovascular realizados pela Unidade de Cuidados à Comunidade (UCC de Nelas) - Dia 9 – Grupo da Aguieira - Dia 23 – Grupo de Moreira - Dia 26 – Grupo de Senhorim

Dia 20 - Evento Final Coblages – Reunião online, mundial, para discussão e divulgação dos resultados.

Março 2026

Projeto Itinerante - Rastreios de Risco Cardiovascular realizados pela Unidade de Cuidados à Comunidade (UCC de Nelas) - Dia 13 – Grupo de Santar - Dia 18 – Grupo da Lapa do Lobo

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE NELAS

A Biblioteca Municipal nas Redes Sociais: no total de 33 publicações no facebook.

Biblioteca ao domicílio: Empréstimo de 8 livros em casa de dois utilizadores.

(para utentes que se encontrem fisicamente incapacitados)

BIBLIOTECA SOBRE RODAS NAS IPSS (LARES E CENTROS DE DIA)

Em fevereiro, continuação da itinerância pelas instituições (Lar de S. Miguel, Chão do Grou; Lar Padre Domingos, Centro de Dia do Folhadal e Misericórdia de Santar-Centro de Dia, lar e Unidade de Cuidados Continuados). Empréstimo de livros, um total de 30 e sessão de contos.

BIBLIOTECA ITINERANTE NOS JARDINS DE INFÂNCIA E ESCOLAS DO 1.º CEB DO CONCELHO: Início do circuito, com a visita a doze estabelecimentos de ensino, total de 440 empréstimos.

EXPOSIÇÕES

“Renascer”, exposição de pintura de Celeste Matos (02/02 a 02/03)

“Cartoon Escolar – tema saúde”, exposição de cartoons (durante o mês de março)

Total das exposições: 256 visitas

BIBLIOLED| CIMVDL: plataforma de livros digitais. Total 54 utilizadores, 2 utilizadores novos neste período, realizaram-se 19 empréstimos de livros digitais.

CLUBE DE LEITURA DA BIBLIOTECA MUNICIPAL ANT.º LOBO ANTUNES:

- Sessão a 10/02, autores “José Luis Peixoto e Walter Hugo Mãe”, 11 participantes.

- Sessão a 21/03, livro “O retrato de Ricardina” de Camilo Castelo Branco, 14 participantes

LEITURA EM FAMÍLIA, 2 workshops para alunos e famílias do 1.º CEB em colaboração com o Plano Nacional de Leitura e os Agrupamentos de Escolas do Concelho, dinamizados pela psicóloga e trainer em inteligência emocional Sandra Gomes, na Escola do 1.º CEB de Canas de Senhorim

- “Entre páginas e abraços, a leitura como laço emocional”, a 19/02

- “Do colo à imaginação, ler sentir e criar”, a 05/03

OFICINAS MÚLTIPLAS, apoio do animador Carlos Henriques aos ensaios do Clube de Teatro, na Biblioteca Municipal, no total de sete sessões, para 20 alunos do AE Nelas.

SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Apoio logístico ao Desfile de Carnaval do Agrupamento de Nelas;

Encerramento do 2º período:

Levantamento do número de crianças a frequentar e almoçar nas Atividades de Animação e Apoio à Família – Interrupção Letiva da Páscoa 2026;

Relatórios de avaliação de turma das Atividades de Enriquecimento Curricular;

Preenchimento da ficha individual de avaliação das Atividades de Enriquecimento Curricular;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Início da preparação para a realização da Viagem de Finalistas, destinada aos alunos do 4º ano do Ensino Básico;

Entrega da documentação inerente à Ação de Sensibilização do Plano de Prevenção e controlo de Legionela nos Agrupamentos de Canas de Senhorim e Nelas;

Agilização do espaço e transporte de refeições da Escola Secundária de Nelas, no âmbito das obras de requalificação da mesma;

Apoio logístico ao Desfile “Primavera (Com) Vida”, no Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim;

Peça de teatro “Os Maias”, dirigida aos alunos do Ensino Secundário do Agrupamento de Canas de Senhorim e Nelas;

Entrega de prémios do desafio “Mini Chefs”, no âmbito da atividade “Dia Mundial da Alimentação”;

Acompanhamento do projeto “Heróis da Fruta”, na Escola Básica de Vilar Seco;

Projeto Educativo “Comer Bem, Crescer Feliz”, intitulado “Missão no Pomar” e “Quivi em Ação”, na Escola Básica de Santar, promovido pela CIM Viseu Dão Lafões;

Projeto Wanted Escolas Empreendedoras CIM Viseu Dão Lafões – Conferências Teen com André Dionísio e Miguel Abranches Matias;

Preparação e realização do projeto “Férias em Ação| Páscoa 2026”;

Realização do projeto “Até Já Escola!” – S. João da Madeira - Viarco (Fábrica do lápis) e Museu da Chapelaria (31 de março e 01 de abril);

Preparativos para a Assembleia Municipal Jovem:

Encontro dos alunos do Ensino Secundário envolvidos na atividade com o Presidente da Assembleia Municipal.

ACADEMIA MUNICIPAL DE ARTES DE NELAS

Cumprimento do plano de aulas na AMAN;

Cumprimento do plano de aulas referente às AEC;

Cumprimento do plano de aulas referente ao “Projeto Música Maestro”;

Elaboração das avaliações referentes ao 2º Período Escolar no âmbito das AEC;

Planificação dos três dias de “Audições Brilhantes”;

Ensaios de preparação das “Audições Brilhantes” com os alunos de Música e de Teatro;

Apresentação das “Audições Brilhantes” no Auditório Multiusos nos dias 23 e 25 de março com os alunos de música;

Apresentação das “Audições Brilhantes” no Cineteatro no dia 27 março com os alunos de Teatro;

Ensaios de preparação para a Participação da AMAN na Assembleia Jovem.

UNIDADE EMPREENDE

Foram realizados atendimentos de caráter informativo, no âmbito dos Regulamentos de Incentivos ao Empreendedorismo do Município de Nelas, bem como outras medidas de apoio, a 2 entidades/ possíveis promotores.

No âmbito do apoio técnico à criação de projetos de criação do próprio emprego e ideias de negócio, foram realizadas reuniões de informação e aconselhamento com 10 promotores/ possíveis promotores.

Realização da campanha de Páscoa do Comércio Tradicional de 2026, com início a 27 de março de 2026. Preparação e entrega de kits de participação aos comércios aderentes, divulgação da campanha junto das entidades locais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Recebimento dos vouchers entregues pelos comerciantes, relativos à campanha de Natal do Comércio Local e Filhos dos Funcionários da Câmara Municipal, para pagamento.

Informação sobre atividades do Gabinete de Inserção Profissional:

- Realização de uma sessão de informação coletiva com os utentes mais recentemente inscritos no Serviço de Emprego de Viseu, sobre direitos e deveres implícitos à inscrição, no dia 13 de março de 2026, tendo contado com 28 utentes presentes.

- Realização de três sessões de divulgação da oferta de formação promovidas pelo Serviço de Formação Profissional de Viseu, IEFP, para utentes inscritos com habilitações de 4º ano, 6º ano, 9º e 12º ano e ensino superior, contando com 214 utentes.

- Foram rececionadas 3 ofertas de emprego, por entidades empregadoras do concelho de Nelas e concelhos limítrofes, tendo sido encaminhados para estas ofertas 26 utentes.

- Recorreram aos serviços do GIP com objectivo de inscrição para emprego, inscrição em formação profissional, obtenção de informações no âmbito de medidas de integração no mercado de trabalho (estágios profissionais, contratos de emprego inserção), informação sobre ofertas de emprego, 377 atendimentos.

- Promoção e encaminhamento para Formação Profissional em formato digital e presencial, em Viseu e Mangualde, com encaminhamento de 14 utentes.

- Apresentação e encaminhamento de 5 candidatos, para integração na medida +Ativação e + Inclusão, medidas que favoreçam a integração de desempregados no mercado de trabalho.

- Apresentação de 26 desempregados a ofertas de emprego.

- Colocação de 16 desempregados em ofertas de emprego.

- Participação nas reuniões mensais, de 9 de fevereiro de 9 de março de 2026, do Núcleo Local de Integração, para partilha de assuntos relacionados com a integração de elementos de famílias beneficiárias de RSI.

- Realização e apoio à Junta de Freguesia de Nelas, na realização de candidaturas aos Programas +Ativação e +Inclusão para integração de dois candidatos.

Informação sobre atividades do Gabinete de Apoio ao Emigrante

- Realização de 7 atendimentos relativos aos seguintes assuntos: auxílio, análise e constituição de resposta de correspondência estrangeira, pedidos de reformas aos países de emigração e informação/apoio a candidatura ao Programa Regressar abrangendo 3 utentes.

- Novos utentes – 1.

INFORMAÇÃO SOBRE OS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO:

N.º do Processo	Autor/Descrição	Fase Processual
192/20.2BE VIS	Autor: MEO Ação Administrativa Impug. ato administrativo	O Município deduziu contestação
80/21.5BE VIS	Autor: Paulo Costa Ação Administrativa Pedido de indemnização por alegados danos causados em propriedade privada	Aguarda-se prolação da sentença
456/21.8BE VIS	Autor: Eurest Ação Administrativa Pedido de reconhecimento do direito ao	O Município deduziu contestação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

	Reequilíbrio Financeiro do contrato	
519/23.5BE VIS	Autor: Certificoimbra Cobrança de dívida resultante de um contrato de empreitada Fatura sem procedimento	O Município deduziu contestação
520/23.9BE VIS	Autor: Certificoimbra Ação de Rescisão de Contrato	O Município deduziu contestação
176/24.1BE VIS	Autor: Adelino de Almeida Pais Ação Administrativa Responsabilidade civil extracontratual	O Município deduziu contestação
335/24.7BE VIS	Autor: STAL Ação Administrativa – SIADAP	O Município deduziu contestação
346/24.2BE VIS	Autor: Sónia Conceição Ação Administrativa – SIADAP	O Município deduziu contestação
347/24.0BE VIS	Autor: Paulo Borges Pinto Ação Administrativa – SIADAP	O Município deduziu contestação
310/25.4BE VIS	Autor: Embeiral Ação Administrativa – Trabalhos complementares respeitantes a faturas emitidas no ano de 2021 (Obra: Construção da ETAR de Nelas III e Sistema Intercetor)	O Município deduziu contestação
521/25.2BE VIS	Autor: Génese Positiva Ação Administrativa Respeitante a trabalhos executados no ano de 2021, nomeadamente, no Novo Cemitério de Canas de Senhorim	O Município deduziu contestação
6/26.0BEVIS	Autor: STAL Ação Administrativa – pagamento de trabalho suplementar prestado nos anos de 2008 a 2016	A decorrer
39/26.6BE VIS	Autor: Pedro Alexandre Matias Fidalgo Miranda Ação Administrativa - – pagamento de trabalho suplementar prestado nos anos de 2022 e 2023	A decorrer
75/26.2BE VIS	Autor: STAL Ação Administrativa – pagamento de	A decorrer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

	trabalho suplementar prestado nos anos de 2014 a 2016	
--	--	--

INFORMAÇÃO SOBRE FINANÇAS E PATRIMÓNIO MUNICIPAL A 15 DE ABRIL 2026:

a) Dívida de médio e longo prazo:	7.753.773,02 €
b) Dívida orçamental de curto prazo, a fornecedores C/C e outros credores:	720.590,87 €
c) Dívida orçamental de curto prazo, a fornecedores de investimento:	250.207,18 €
d) Faturas em conferência	0,00 €
e) Financiamentos contratualizados/visados por utilizar:	1.026.650,70 €
f) Responsabilidades contingentes 2021:	1.297.779,00 €
Provisões/Responsabilidades contingentes (2013/Outras):	179.524,27 €

O Senhor Presidente da Câmara:

- Eu peço desculpa, esqueci-me de uma coisa. Eu vou aproveitar, vou remeter para o documento, mas antes, esqueci-me de dizer que havia outro assunto além das Acessibilidades, a água. E é relevante isto porque é o seguinte: A água, está agendada uma reunião para o próximo dia 7, quinta-feira, com o Ministério do Ambiente e sobre Girabolhos, com os Municípios que estão envolvidos em Girabolhos. Ou seja, Fornos de Algodres, Gouveia, Seia, Mangualde e Nelas.

Portanto, foi uma reunião pedida pelo Ministério do Ambiente, onde nos vai ser apresentado todo o que é o desenho, digamos assim, da Barragem de Girabolhos, que me parece que é do ponto do Governo, irreversível a sua concretização. Como sabem, só não vos maçando muito, até porque já falámos sobre isso, a Barragem, além da componente hidroelétrica que é possível para um eventual explorador do que é Barragem, digamos assim, do modelo, é também para regadio, para Proteção Civil e também para abastecimento humano, com as 4 vertentes da mesma, parecida com o Alqueva. Portanto, basicamente, é essa ideia que há.

Naturalmente, vamos ouvir. As reuniões que nós temos, a informação que nos foram pedindo, fomos facultando. E não deixa de ser, assaz, estranho que não temos, não tínhamos nenhuma alternativa e de repente já à vontade de criar 2 Barragens à nossa volta. Não há fome que não dê em fartura. Eu acho que é excessiva. Mas vamos aguardar. Sendo certo que me parecem claras duas coisas: Uma - Que, naturalmente, faremos o que qualquer pessoa faria no meu/nosso lugar, que é fazer o melhor para o nosso Município.

Segunda questão: Nesta questão, em particular, em qualquer outra, também não tenho problemas com isso, mas nesta, em particular, qualquer que seja a decisão, ou a posição final virá à reunião de Câmara e à Assembleia Municipal, nem que seja com uma Assembleia Municipal Extraordinária, que vai ter que ser feita, a talhe de foice, por causa da água, porque no dia 14 há reunião sobre Fagilde com os Municípios de Mangualde, Penalva do Castelo, Sátão, Viseu e Nelas, obre também a pedido do Ministério do Ambiente, particularmente, porque, independentemente, do que nós venhamos, não vou lançar, para já, porque é uma Assembleia Municipal, só com este ponto, ou como ponto referencial, parece-me que será já ela suficiente para nós debatermos o assunto.

Mas, para vos dizer que é assim: O que está em Decreto é as Câmaras pronunciarem-se, desculpem, as Assembleias pronunciarem-se até ao dia 7 de junho, quem ainda não se pronunciou. E, portanto, a maior parte das Câmaras já se pronunciaram. A nossa, não. E nós, qualquer que seja a pronúncia, temos que nos pronunciar por Lei, independentemente de qual seja a deliberação. E vamos ter tempo para discutir.

O que eu acho é quem convocou a reunião foi o Ministério. Há uma nova Presidência agora na Águas Douro e Paiva. A Águas Douro e Paiva estava no modelo que foi apresentado pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Governo como um Parceiro. É uma coisa que agora não sei se tem desenho novo, ou não. Não sei mesmo. Vamos aguardar no dia 14. E, naturalmente, do que decorrer disso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta da Freguesia, marcaremos uma reunião extraordinária porque até lá não teremos outra reunião.

Não me fazia sentido, na minha ótica, fazê-lo hoje porque não há nenhuma informação adicional. Já que estão estas 2 reuniões agendadas e o PTRR já tinha sido apresentado hoje, portanto, já haverá dados mais concretos. E para nós tomarmos decisões, quanto mais informados e mais dados e quanto mais concretos forem os dados, melhor. Mas eu remeti para o documento, Senhor Presidente. Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

Muito obrigado, Presidente. Já agora permita-me só, porque ficou aqui, fiquei um pouco confuso. Dia 7 de maio será a reunião, juntamente com os Municípios de Girabolhos e também relacionado com Fagilde, neste caso.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Não, 7 é só Girabolhos, 14 é só Fagilde.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Catorze de maio. E até junho.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Temos que nos pronunciar, sim.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Portanto, teremos que ter, até final de junho, uma Assembleia Extraordinária.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Não, não. Até final de maio.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Até final de maio, haver uma Assembleia Extraordinária para que Nelas consiga ter, em termos de Executivo e de Assembleia Municipal, sobre a opção que estará em cima da Mesa, que virá para discussão. É isso? Ficou claro?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Sim. É isso.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Estou esclarecido. Obrigado, Senhor Presidente. Remete para o documento o Senhor Presidente da Câmara sobre a Informação.

Passamos ao ponto 2.2 - Apreciação e votação, nos termos do artigo 25.º, n.º 2, al. 1), da Lei n.º 75/2013, de 12/09, dos documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2025 e remessa dos mesmos ao Tribunal de Contas.

Peço desculpa. Qual intervenção?

O Senhor Presidente da Câmara:

- É para conhecimento. Depois podem intervir.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Á, peço desculpa. Sim, Senhor. Ainda, para. Muito bem. Senhores Deputados Isabel Cristina, António Sousa. Mais alguém? Não. Ainda estamos no ponto 2.1. Sim, Senhora Deputada Isabel Cristina, do Partido Socialista. Faz favor.

A Senhora Deputada Isabel Cristina Gonçalves:

- Senhor Presidente da Assembleia, peço desculpa por ter lembrado, mas de facto eu venho aqui só relembrar.

O Senhor Presidente da Assembleia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Não, está à vontade. Eu é que peço desculpa não estar atento ao seu pedido para fazer a intervenção.

A Senhora Deputada Isabel Cristina Gonçalves:

- Uma questão. Permitam-me, começar por recordar porque a memória institucional também se constrói com base nas atas. Aquilo que ficou registado na última sessão desta Assembleia e que foi aqui votada por todos, por unanimidade. Na página 49 está a minha intervenção em que eu requeria ao Senhor Presidente algumas informações sobre a lista de processos judiciais.

E na página 50, o Senhor Presidente refere o seguinte que eu passo a ler: Eu confesso-lhe que o que eu posso fazer, no que concerne ao que acabou de intervir, é a explicação feita que lhe será remetida do diferencial dos processos que estão em dezembro, com os de fevereiro, com e até, se calhar, para os Senhores Deputados todos, sem problema algum, sem problema algum. Até com os que tramitaram, ou com acordos, ou não, ser-lhe-á, então, enviado.

Mas, como, à semelhança do que fiz antes, não custa, rigorosamente, nada. Pediu. Está em ata. O Senhor Presidente, depois, os Serviços enviarão o Quadro de dezembro de 2025, o Quadro de fevereiro de 2026 e no diferencial, a razão de estar. Uns estão em Acórdãos. Admito que seja essa a aceção do fornecimento do Quadro do Serviço. Mas havendo esse pedido de esclarecimento, será remetido a todos.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Sim.

A Senhora Deputada Isabel Cristina Gonçalves:

- A Informação, pelo menos a mim, não me foi enviada, Senhor Presidente. E como não me foi enviada, eu não tenho essa informação. Portanto, desde fevereiro que tudo se mantém. Continua em abril a verificar-se, exatamente, a mesma coisa. Os Processos que não constavam na lista de fevereiro continuam sem constar na lista de abril.

E daí, continuarem as minhas dúvidas: Porque é que eles não estão lá? O que é que aconteceu a esses Processos? Por que motivo deixaram de constar das listagens? Pergunto: Foram concluídos? Foram objeto de Acordo? Foram arquivados? Houve sentenças? Ou, simplesmente, foram omitidos? Porque o que não pode acontecer, de facto, é termos informação que varia sem explicação, sem qualquer resposta, ou pelo menos que é referido que vai ser dada e depois não é obtida 2 meses depois e tudo se mantém igual.

Outra questão, outras mais 2 questões, ainda relacionadas com os processos judiciais e que constam da lista de dezembro, de fevereiro e agora de Abril, nomeadamente, o processo n.º 80/21, que é uma Ação Administrativa instaurada por Paulo Costa, pelo menos em dezembro e até hoje ainda se aguarda prolação da Sentença. E o que eu queria perguntar era, relativamente, a esta sentença, se ela resulta de algum julgamento que foi feito, ou se houve a Sentença, é para homologação de algum Acordo que foi feito prévio, em alguma fase prévia ao julgamento.

Na lista de abril foram incluídos 3 novos Processos, todos de 2026, 2 do STAL e um movido por Pedro Fidalgo, que eu sei e tenho conhecimento que, relativamente ao Processo do Pedro, a Câmara chegou a acordo. E o que eu pergunto é: Se, efetivamente, se confirma esta situação do Acordo com o Pedro? E, se assim foi, se assim foi, à semelhança de outros, o Município, acabando por chegar a Acordo em fases prévias a julgamento, ou pelo menos depois de terem sido entrados os Processos, quer na parte em Tribunal Cível, quer em Tribunal Administrativo, por que razão é que esses Acordos não são alcançados em fase pré-judicial?

É que, entrando um Processo em Tribunal, todos nós sabemos que isso implica custos. E pergunto eu: Porque é que esses Acordos são feitos já em fase judicial e não fase pré-judicial, uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

vez que acabam antes do julgamento? É uma das questões. E continuo a manter o interesse, todo o interesse em saber porque é que não temos então as listagens que não refletem a realidade entre dezembro, fevereiro e abril, sob pena de, efetivamente, a falta destes Processos e da falta de explicação do mesmo, comprometer, efetivamente, o Princípio da Transparência que deve existir na Informação da Câmara a todos nós com um rigor e gestão para os Municípe porque pode, o que não deve continuar a acontecer é, efetivamente, termos listagens que não refletem a realidade processual do Município, sob pena, como estou a dizer, de defraudar o princípio e o dever de transparência que deve existir.

É tudo. Agradecia a informação, logo que possível. Obrigada.

O Senhor Presidente da Assembleia:

Obrigado, Senhora Deputada. Senhor Deputado António Sousa.

O Senhor Deputado António Sousa:

Boa noite a todos. Senhor Presidente da Câmara, é só, a pergunta é por causa da água, que não percebi um pormenor, ou então não escutei bem. Por isso, Nelas é a única Assembleia Municipal que ainda não tomou posição sobre? Já. Uma das. Ok. Agora, a metodologia disso porque eu não estava cá e por isso não sei como é que, normalmente, as Assembleias Municipais deliberam sobre uma proposta do Executivo. Ok. E o Executivo já tomou alguma deliberação sobre isso?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Já expliquei, mas vou voltar a explicar.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Mas eu não percebi. Eu não percebi. Por isso é que eu estou a perguntar.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Muito bem. Uma matéria como esta. Eu falo depois, se calhar, ao Senhor Deputado, ou quer que fale já, logo?

O Senhor Deputado António Sousa:

- Não, mas também não houve ainda deliberação do Executivo, ou já houve?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Não, não.

O Senhor Deputado António Sousa:

- A minha dúvida é só essa. A metodologia era essa. Porque fazer uma Extraordinária para se discutir. Ok. Tudo bem. Eu não ponho em causa isto. Só que tem que haver antes uma deliberação qualquer do Executivo. É isso, não é? Pronto, era só esse esclarecimento, mais nada.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Mas foi o que foi que eu, há pouco, tinha acabado de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Eu Não estava a perceber qual era a metodologia.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Ok. Mas, se calhar, a pergunta do Senhor Deputado faz mais sentido. Ok. Obrigado.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Eu agradeço até para deixar isso esclarecido. É o seguinte: Existe um, que não é vinculativo, um documento de pré-adesão, que não é vinculativo. E foi feito para termos uma participação maior e o aviso de convite para a APR. Mas isso não tem, não nos vincula a nada. E também não resultou, resultou na parte de sermos contemplados com o aviso convite, a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

parte percentual do financiamento, que de 85%, está nos 70% na mesma. Agora nós reprogramámos a ver se vai para os 85%, mas adiante.

Tem que haver a proposta da Câmara. Vem a reunião de Câmara e vem à Assembleia Municipal. Uma matéria destas, com não é não é consensual, nem nunca o será. É difícil. Até porque nós, o nosso Plano B, não é, propriamente, brilhante porque não temos, em abono da verdade. Mas acho que quanto mais documentados estivermos, melhor. E como vai haver esta reunião, se calhar a documentação é maior. A proposta pode ser mais esclarecedora, digamos assim, para nós, depois debatermos. É mais por aí. Obrigado. Sim, sim, sim. Não veio cá porque a Assembleia. Isso, isso, isso.

No que concerne à Senhora Deputada Isabel Cristina dizer-lhe, faço as palavras iguais ao que disse à Senhora Deputada Mafalda. Que a única coisa que eu lhe posso dizer é a mesma coisa que disse à Senhora Deputada Mafalda. Acho estranho, mas ainda agora falei com o Senhor Vice-Presidente e com a Senhora Vereadora Dr.^a Elsa. E, portanto, isso, se não se importarem, amanhã vê-me isso, sem falta. Acho estranho porque as recomendações que houve foram para ser feito isso. Mas, como eu não gosto muito de assobiar para lado, embora goste muito de música, a responsabilidade é minha.

Portanto, Senhora Deputada e Senhora Deputada Mafalda, lamento que não tenham recebido informação. A informação não foi sonogada porque não há nada para sonegar. Mas há, de facto, um dado objetivo: A informação não chegou. Portanto, vai ser resolvido da forma como eu me disponibilizei, resolveu de forma imediata com a consulta dos documentos. Aqui aplica-se o mesmo

Sobre 2 questões que me parecem, a Senhora Deputada falou da questão de um Ex-Funcionário, Pedro Fidalgo. Não há Acordo. Se lhe disseram, isso não é verdade. Há um Processo que pode levar a um Acordo. Mas como ainda não está concluído, como está, está correto. Se, eventualmente, o Acordo já estivesse sido concluído, se estivesse celebrado, há, neste momento, propostas, contrapropostas e não está ainda concluído. Daí, estar aqui a sua referência.

Sobre a questão dos Acordos pré-judiciais, eu deixar-me dizer-vos uma coisa: O Executivo, no mandato anterior, teve uma despesa extra de 600.000,00 euros dos Processos de 2013. Ora, os Processos de 2013 decorriam do que, na altura, foi assumido como Processos não regulares. Houve possibilidades, nessas alturas, também de fazer Acordos e não foram feitos. E nós fizemos Acordos do que já lá estava. E fizemo-los. E conseguimos, em muitos dos Acordos, nomeadamente, os juros vincendos, colocá-los de parto. Mesmo nos vencidos, fazer uma parte, desculpe a expressão, meio, meio, digamos assim.

E, eu, julgo eu, aliás, os dados estão nos próprios Relatórios, que na negociação com os Processos Judiciais, acho que o interesse público foi defendido. Dizer-vos que esse processo, eu concordo, mas, em abono da verdade, não tem sido essa a prática do Município. E quem a regularizou, por acaso, até fomos nós no mandato anterior e continuamos.

Só para lhe dar um caso concreto disto, decorre de um Processo que uma empresa grande, de um empreiteiro, onde nós fechamos um Acordo, que mesmo assim, tem uma expressividade grande de Tesouraria de 460.000,00 euros, decorrente disto. Quando, se calhar, se tivesse sido feito o Acordo a montante, se calhar não tínhamos chegado aos valores que, entretanto, chegaram. Mas mesmo assim, conseguimos mitigar.

As respostas dos pedidos efetuados, é isso. Eu peço desculpa ao Senhor Vice-Presidente e à Senhora Vereadora de vos pedir isto. Mas agradeço a vossa atenção. Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:



- Muito obrigado, Senhor Presidente. Mais alguém? Estão todos satisfeitos, quanto a este ponto?

Passamos ao ponto 2.2 - Apreciação e votação, nos termos do artigo 25.º, n.º 2, al. 1), da Lei n.º 75/2013, de 12/09, dos documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2025 e remessa dos mesmos ao Tribunal de Contas. Faz favor, Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Muito bem. Obrigado, Senhor Presidente. Dizer só naturalmente, no que é tentar elucidar alguma questão que seja colocada pelo pelas Senhoras e pelos Senhores Deputados Municipais, deixar aqui 3 notas, que me parecem, absolutamente, essenciais.

Um Orçamento é uma intenção do Executivo baseado em questões, umas, muito sólidas, com financiamento garantido, outras com expectativa também de financiamento, porque ele também seria, alegadamente, garantido. Vou-vos dar um caso concreto, para começar aqui com esse caso: A Execução das Despesas de Capital, apesar de ser cerca de 34% e ser na perspetiva da garrafa meia cheia, ou meia vazia, uma Execução, em termos percentuais, baixa, é um paradoxo porque é a maior Receita de sempre do Município em termos de Despesa de Capital, ou seja, de Investimento. O ano com maior Receita, com maior montante bruto de investimento foi 2025. Em 2025 nós executámos quase 7 milhões de euros de obra

Vou só pedir-vos uma linha de raciocínio: Suponham que nós tínhamos metido na Despesa de Capital, em vez dos 21 milhões de euros que estavam lá constados, que púnhamos lá 2 milhões de Receita de Capital, ou que eram 2 milhões de euros de Receita de Capital. E desses 2 milhões de euros de Receita de Capital, nós conseguíamos executar 1.5 milhões de euros.

Ou seja, em termos percentuais, a Taxa de Execução era boa. Era 75%. O investimento do território também é bom. Qualquer 1,00 euro, desculpem a expressão, ou redundância maior, mas o investimento do território, todo ele é bom. Mas era 1.5 milhões de euros.

Num Orçamento em que esteja prevista uma Despesa de Capital projetada de 9 milhões de euros, se nós conseguirmos executar $\frac{1}{3}$, 33%, ou 34%, executamos 3 milhões de euros. Ora, 3 milhões de euros é o dobro do que seria uma taxa de 2 milhões de euros, com uma execução de 75%.

No final do dia, é assim: A Taxa de Execução, em termo variável de Taxa, é uma Taxa de 35%. Não é uma taxa brilhante. Em termos do que é o seu somatório no final do dia, em montante absoluto, é o maior montante angariado de sempre, quer em termos de Despesa de Capital, quer mesmo a nível da maior Receita arrecadada sempre.

Nós arrecadamos uma Receita este ano de cerca de 25 milhões de euros. Entre Corrente e de Capital, 25 milhões de euros. É nos registos que há. E eu tenho-os todos deste Século, é o maior registo que há da Receita. Assim como é a maior Despesa de Capital, sempre na ordem dos 6.7 milhões de euros, quase 7 milhões de euros.

Relevar ainda que no concerne a dados só, meramente, estatísticos, há um aumento muito significativo em relação ao ano passado. Há uma Execução de mais do dobro do que é a Despesa de Capital. E temos também, não menos importante, o ano passado foram 3.2 milhões de euros de Despesa de Capital. Este ano são 6.7 milhões de euros. É mais do dobro. E, portanto, queria deixar também essa nota: Da maior Receita de sempre, arrecadada; do maior montante em termos de investimento de obra executada e também, não menos importante, a questão do Resultado Líquido também.

Porque executar obra e ter investimentos a decorrer e, ao mesmo tempo, conseguir equilibrar isso em termos de resultado final, as Câmaras não são feitas para dar lucro. E essa



palavra nem existe. Nós não somos uma empresa. Há Resultados de Exercícios, positivos, ou negativos. Em última instância, neutros, que é muito difícil de acontecer. E eu também não tenho, rigorosamente, nada de que haja um Exercício que possa ser negativo durante o mandato, desde que haja uma planificação que no final do dia e do mandato, haja esse equilíbrio no que concerne durante os 4 anos, os Resultados Líquidos consigam equilibrar, eventualmente, um Resultado menos positivo. Foi o que aconteceu no anterior mandato, que houve, em 2023, um resultado negativo. Mas 2021, 2022, 2024 e agora, 2025, tem resultados positivos. Portanto, claramente, há esse equilíbrio do que é a parte do Erário Público.

Sobre, ainda a Execução, para vos dar uma ideia, estava, bastava tirarmos só uma rubricam numa Revisão Orçamental e é possível fazer isso. Da habitação que correu menos bem no País inteiro e já lá volto, muito rapidamente, com a bonomia vossa, mas que eu acho que é relevante, que estão lá 5.5 milhões de euros e não foram executados para, por exemplo, a Taxa de Execução subir quase para o dobro. E em vez de ser 34%, ser 60%, 60 e muitos por cento.

Mas a habitação deixou-se lá ficar porque é importante aquela que está lá. Eu prefiro ter o montante global executado e deixar lá aquela rubrica à espera do que acontece porque, alegadamente, toda a gente, julgo eu, ouviu ontem, as prioridades do PTRR, que definia 2 linhas grandes de intervenção: A competitividade e a habitação. Portanto, é expectável que o que correu menos bem, porque, entre outras coisas, o IHRU também não deu resposta aos procedimentos, nem estava preparado para isso, com todos os pedidos que houve, que transitem agora para o PTRR. E a habitação é, claramente, uma das lacunas nossas e dos territórios, da Região e do País. E, portanto, bastava só a fazermos isso.

Dizer-vos, ainda, de uma forma genérica, que foi um ano que teve, este, o ano que passou e este que está a decorrer, a complexidade grande que tem a ver com um financiamento que está em fase de conclusão, que é o PRR. Termina em agosto deste ano. E o PT 2030 estava a arrancar. Nós temos obra e valor consignado do PT 2030 e o PT 2030 ainda não, não arrancou.

Em abono da verdade e os dados são públicos, é só consultar o Portal Base de Execução, não deixa de ser, eu sei que parece estranho, mas é a verdade, é o que lá está, em termos de investimento público, na CIM, o segundo Concelho, a seguir a Viseu, com maior execução no PT 2030, é Nelas. Mas deve, essencialmente, em abono da verdade, à APR, que já leva uma execução grande. Poucos Concelhos neste País deram, realmente, início ao que é o PT 2030 porque estão mais preocupados com o PRR.

E por falar em preocupações de execuções também: Fiz questão, não era necessário isso, ou fizemos questão, desculpem, de enviarmos, ou anexarmos, ou inserirmos no Relatório, as Taxas de Execução das obras que estão a decorrer agora. Porque é uma questão de as pessoas também terem uma perceção global de como funciona. E, eu, pomo-las lá, obviamente, com o que está, naturalmente, poderá suscitar esclarecimentos. E vai suscitar. E, se calhar, não. Não vou tentar antecipar tudo. Também não o pretendo. Mas para vos dizer, por exemplo, entre outras coisas, nas execuções das obras, há uma competente muito forte depois do edificado que tem a ver com equipamentos. E que é mais célere e mais rápido de ser resolvido. E tem logo também uma maturidade grande de uma execução também bastante substancial.

Portanto, dar-vos nota que as obras do PRR vão ser concluídas, tanto as 2 Escolas Sede/Secundárias de Nelas e de Canas de Senhorim, como as 2 USF,s de Nelas e de Canas de Senhorim, como o Centro Urbano de Santar vão ser concluídos a tempo e o Município não terá que restituir qualquer verba.

Dizer-vos ainda que a grande parte dos Concelhos, para dizer a totalidade, é eu dizer uma coisa, eu, eventualmente, vocês podem colocar um pé atrás. Eu percebo que funcione assim. Não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

me preocupa isso. Agora, os dados estão, são fáceis e são consultáveis na Plataforma e estão lá e são reais e são visíveis. E a Execução também conta com a nova Conduta Central, que é um Projeto, para nós, relevante. Começa com um ano de atraso àquilo que nós desejaríamos. Mas começou, 60 anos depois cá está o Projeto. Vai ser um projeto essencial, estrutural, do Ciclo Urbano da Água para o Concelho inteiro, não para, somente, Nelas e a Freguesia de Nelas.

E esses 2 projetos, no Ciclo Urbano da Água, quer a APR, quer a Conduta, têm uma componente financeira muito forte. E é essa a que está a ser feita. Estão a ser, vão ser apresentadas as candidaturas também ao remanescente dos outros Projetos que estão consignados. E, portanto, do PT 2030, ao mesmo tempo, também está a arrancar. A execução leva-nos, pronto, para, na CIM, apesar de tudo termos já essa Execução bem adiantada. E o PRR concluído. Porque há muitos Concelhos que desistiam, mesmo da CIM, de continuarem, ou porque não têm, não tiveram empreiteiros, ou porque só assinaram há bem pouco tempo o Auto de Consignação. E queriam-me perguntar se era.

Havia aquela expectativa, que podia ser prorrogado o prazo de execução. Não vai ser. É este ano. Houve aquele, de 30 de junho para 31 de agosto. Mas não há mais. É o que é. É claro, quem tem obras e não os conclua, o que o Governo disse e as indicações que há: Não vão cair as obras. A comparticipação é que muda. Ou seja, deixa de ser 100% para ainda que não está tipificado, mas pode ir para 85%. A mesma coisa que vai acontecer quando começar a habitação, ou mesmo as infraestruturas.

Portanto, eu, para não me alongar, faria só a parte geral, Senhores Deputados. Eu quero, aí, desculpe, Senhor Presidente, só dar uma nota aqui que pode também ser motivo e eu compreendo isso. Mas, hoje mesmo, foram enviados documentos, à hora de almoço, aos Senhores Deputados por causa dos Revisores Oficiais de Contas.

Dizer-vos que o documento final é feito, ou é distribuído, imediatamente a seguir à aprovação em reunião de Câmara, das Contas, que foi na sexta-feira. E o documento chegou-nos ontem no final do dia, onde não havia já o Serviço em funcionamento. E, portanto, foi reencaminhado hoje. Em vez do meio dia e meio, ou à uma hora, que foi, podia ter ido às 9:00 horas, ou às 10:00 horas. Ok. Mas ia sempre hoje também na mesma. Mas, há Pareceres diferentes que, eventualmente, se podia, ou devia ir. Mas o pensamento é igual. É preferível ir. Eventualmente, dizem: Está bem, mas só veio agora. Mas já também, não temos, aí, não temos responsabilidade nenhuma. Mas é preferível o documento vir do que não vir, de todo. Até porque o documento é, meramente, recomendativo. Portanto, também não tem um vínculo completo. Eu não abusava mais. Naturalmente, ficarei ao escrutínio das Senhoras, dos Senhores Deputados e dos Senhores Presidentes de Junta.

O Senhor Presidente da Assembleia:

Muito bem. Muito obrigado, Senhor Presidente da Câmara. Sobre este ponto, alguém se quer inscrever? Senhores Deputados António Sousa, Daniel Marialva, 00 do PSD, Rui Costa, Não. Senhor Deputado António Sousa, faz favor.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Senhor Presidente, Senhores Deputados. Este ponto é para aprovação das Contas e do Relatório de Gerência. Em princípio, as Contas em si são um documento do técnico que é feito pelo Serviço. Por isso, eu sempre disse que não voto contra as Contas. Estão lá, estão lá. É aquilo, é aquilo. Não é mais nada. Está feito. E está mais que escrutinado pelos Revisores de Contas. Por isso, posso é não concordar, ou fazer comentários sobre a maneira como foi gerido o Orçamento e quais foram as obras, ou não, que foram feitas.



Relativamente a isso, eu vou fazer aqui uma intervenção que vou dar aqui alguns números, porque é importante também que fique para memória futura nas atas do que é que se está a falar. Porque eu gostei da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, porque tentou dar a volta aqui. Dizer que é o maior volume que alguma vez foi. Pois, mas nós temos que comparar é por aquilo que o que nós estamos aqui a ver no exercício é: Fez-se um Orçamento e vamos ver o que é que cumprimos do Orçamento que fizemos.

Porque um Orçamento são expectativas que se criam às pessoas, aos Municípios. E depois quando se cumpre, ou não se cumpre, ou qual é a medida que se cumpre, ou não se cumpre aquilo que foi feito.

Esta discussão já é velha e o mais engraçado é que, durante alguns anos, eu ouvi o Senhor, o atual Senhor Presidente da Câmara a ter as mesmas opiniões que eu sempre tive, mesmo quando estava. Eu não mudo de opinião quando estou no Poder, ou na posição. Eu estou a tentar explicar o que é que acontece.

E, realmente, é preciso ter algum cuidado na elaboração do Orçamento porque isso cria expectativas às pessoas. E as pessoas podem-lhe dizer ao fim: Não, mas ele fez. Ok... Disse que ia fazer, mas só fez 20, ou 30. Por isso, alguma coisa me está aqui a enganar. Eu não estou a falar dos números deste Orçamento. Mas, para que as pessoas que amanhã consultem as atas e tentem perceber o que é que estamos a falar, eu vou fazendo aqui, vou dizendo alguns números e fazendo alguns comentários sobre esses mesmos números.

Do total de Despesa paga, estamos a falar da Despesa paga, de 22.282.000,00 euro, as Despesas com Pessoal correspondem a 7.490.000,00 euros, isto, 34%, a Aquisição de Bens e Serviços correspondem 6.055.000,00 euros, 27%. A Despesa com o Pessoal teve a execução, de 93,94%. A Aquisição de Bens e Serviços teve uma execução de 79%. E a Taxa de Execução é vista, aquilo que foi, relativamente ao Orçamento, ao que estava orçamentado, aquilo que foi, efetivamente, gasto. Estamos a falar, neste caso, de Despesa. Isto é o Orçamento previa um Investimento de cerca de 20 milhões de euros.

Isto é $\frac{1}{3}$ daquilo que estava previsto. E, aqui, Senhor Presidente, deixe-me dar-lhe uma sugestão, que eu acho que era, que até numa futura Assembleia posso tornar isto numa Recomendação: Seria interessante, com certeza, que no futuro, se calhar, até era uma ajuda para futuros Orçamentos, se o Executivo preparasse, quando está a preparar o Orçamento, prepara-se também um Cronograma de Execução de um Plano Plurianual. E quando preparasse, isto não é obrigatório por Lei. É uma sugestão só que eu lhe estou a dar. Uma sugestão e é um repto, um desafio. Vamos lá ver se o Senhor Presidente vai aceitar o desafio.

Isto é, quando o próximo Orçamento for apresentado, principalmente as principais obras, por exemplo, traga logo a metodologia porque, por exemplo, tem 5 milhões de euros, não sei se é esse o valor, ou não, agora não tenho aqui de cabeça, para habitação. Mas tinha alguma previsão de começar a fazer alguma habitação durante o ano de 2025?

Agora devia até não ter pensado. Podia até pensar que não iria ter nenhum Programa aprovado para isso. Mas devia ter a rubrica aberta. Eu admito que tivesse um valor até razoável, de 1 milhão de euros para abrir, para poder começar a obra se houvesse algum Programa que fosse aplicado. Mas nós não nos podemos esquecer que há os Orçamentos, aquilo que se chamam os Orçamentos Plurianuais. OK, que não deixa de ser Orçamento.

Eu posso pensar que vou gastar nos próximos 3, ou 4 anos, 5 milhões de euros em habitação, mas no primeiro ano saber que no primeiro ano não vou gastar mais de 500 mil euros. E nos outros anos, porque ele é plurianual, vão ser gastos todos os outros valores até aos 5 milhões de euros. E, depois, logo a seguir, se não forem utilizados os 500.000,00 euros, depois passam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

para os outros anos. Os Planos Plurianuais são para isso. E isso implica que as Taxas de Execução depois sejam melhores porque nós não podemos, só porque temos uma ideia que talvez possamos fazer uma obra, ou talvez possa abrir o Programa de não sei de quê, ou talvez possa abrir aquilo, pôr logo o valor todo num ano, sabendo, perfeitamente, que é impossível, mesmo que seja aprovado, é impossível gastar esse dinheiro todo num ano.

Por isso, se tivessem este cuidado e há vários Municípios que já fazem isso, quer dizer, junto aos Orçamentos apresentam Cronogramas da Execução das obras para o ano seguinte. O que vai ver que acomoda muito melhor o Orçamento e que ele deixa de ser tão irrealista.

Ao nível dos de Gastos na Demonstração dos Resultados importa referir o acréscimo de 624.000,00 euros nos gastos com Pessoal e 854.000,00 euros ao nível de Fornecimentos e Serviços Externos.

No que se refere ao Orçamento da Receita, no total de 24.055.000,00 euros de Receita cobrada, 40%, 9.845.000,00 euros correspondem a Transferências Correntes proveniente do Orçamento de Estado, 14%, 3.553.000,00 euros são Transferências de Capital do Orçamento de Estado, 2.633.100,00 euros de Transferências Comunitárias de Projetos co-financiados. Ou melhor, desculpem, eu estou a ler mal a coisa: Provenientes do Orçamento do Estado são 3.556.000,00 euros. Transferências de Capital do Orçamento do Estado 9.633.000,00 euros. E Transferências para Projetos co-financiados, 556.000,00 euros. A estes montantes acrescem ainda as Receitas associadas aos Impostos Municipais. Só de IMI, eu por acaso, verifiquei que a Receita que era tão alta. Só IMI, IMT, IUC e Derrama, a Receita foi de 3.331.000,00 euros e que representa 13% da Receita cobrada.

Receitas provenientes do recurso a crédito bancário, 1.500.000,00 euros, cerca de. No total da Receita cobrada. E 3.198.000,00 euros, o equivalente a 13% da Receita cobrada corresponde ao Saldo da Gerência anterior. E isto também faz empolar o Orçamento do ano a seguir, porque esta coisa do Saldo da Gerência anterior não é dinheiro. Se me dissesse assim: 3 milhões de Saldo da Gerência anterior. Tudo bem. Estão ali no Banco uma Conta de 3 milhões de euros. Mas não é. Isto é um Saldo só contabilístico e que vai fazer subir os valores do Orçamento.

Às vezes, estas coisas, quando foram vistas por um. Não tenho mal nenhum. Eu não estou a dizer que tem mal. Eu estou a dizer é que isto faz subir. E, isto não é, efetivamente, dinheiro para gastar. É um Saldo Contabilístico só.

Também há uma situação, só para terminar: O Saldo do Orçamento da Receita, essa atingiu um indicador de 69,79%. Estamos também a falar do total da Receita. Receita cobrada 24.247.555,00 euros. O que deixa de indiciar o valor da de Execução da Receita. E porque é que acontece? Porque esta receita só existe para ser executada obra. Esta é a pescadinha de rabo na boca. Se for executada obra também vem esta Receita.

Ok. Portanto, quanto mais obras executar, maior se executa a Receita. E não o contrário. Não se executa primeiro a Receita e depois é que fazem. De notar que a Execução Orçamental da Receita atingiu o limite. Atenção também a isto porque isto não existe. A Lei das Finanças Locais, não é por acaso que, por vezes, vêm alguns alertas também nas Execuções. E penso que já no ano passado, o Senhor Presidente da Assembleia anterior e o Presidente da Câmara devem ter recebido porque já no ano passado, já em 2023, a Taxa de Execução do Orçamento também foi abaixo de 85%. E o que a Lei diz é que: Quando em três anos seguidos de Execução total, estamos a falar de Execução total de Orçamento abaixo dos 85%, a DGAL vai interpelar os Senhores Presidentes dos Órgãos Executivo e Deliberativo com alertas precoces. É o que a Lei prevê. Em 2023 também foi abaixo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Deve ter sido no ano passado e este ano vão receber outra vez. Pois, e para trás. Se calhar. Eu também não tenho os valores dos outros anos. Estou a dizer que até porque. Mas isto é porque, quando se há alertas precoces é porque, realmente, não serve para nada. É um alerta. É a luz amarela do carro. Se fosse vermelho era mais perigoso. Eu gostava mais do vermelho.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Eu gostava que se deixassem de diálogo e que terminasse a intervenção.

O Senhor António Sousa:

- É rápido. Ok. Eu tenho algum pruído deste problema dos Orçamentos por uma razão muito simples. Quando, ano após ano, se fazem Taxas de Execução baixas relativamente aos Orçamentos, os Orçamentos são empolados, sabendo-se, logo à priori, que é impossível eles virem a ser cumpridos. Aqui o Orçamento é um documento de gestão. E depois, a partir de determinada altura, quando todos os anos, as Taxas de Execução são tão baixas, os Orçamentos quase que deixam de ser um documento de gestão e passam a ser uma sugestão.

Fazem ali uma sugestão de uma quantidade de obras. Depois se vê. Ou fazem-se, ou não se fazem. É conforme der. Temos que ter algum cuidado porque as pessoas que estão na política e eu considero as pessoas todas que estão no Executivo, pessoas sérias. Não é isso que está em causa. Mas as pessoas, o que se fala lá fora, o Povo, é: Os políticos são todos uns aldrabões porque prometem muita coisa e depois fazem pouca.

E o pior que se pode que se pode mostrar à População é coisas destas: Orçamentos de 40 milhões de euros e depois Taxas de Execução de metade. E, atenção, estamos a dizer porque nós sabemos que a grande parte do que é executado é nas Despesas Correntes, como é lógico. Portanto, Despesas de Capital, era experimentar relativamente. Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Mais alguém quer fazer uso da palavra? Aliás, Senhor Deputado Daniel Marialva. Eu peço desculpa. Sim. Estava inscrito. Peço desculpa. O Senhor Deputado Rui Costa também. Muito bem.

O Senhor Deputado Daniel Marialva:

Ora, muito boa noite. Na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia, cumprimento a Mesa, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, cumprimento os respetivos Senhores Vereadores, os Digníssimos Colegas e o Digníssimo Público.

Um Concelho com futuro e de Contas certas.

A gestão municipal de Nelas principal apresenta, em 2025, um Balanço que combina rigor financeiro com o investimento de proximidade.

O Relatório revela que, após os anos de um esforço sério para resolver dívidas herdadas, a Câmara Municipal vive hoje um período de estabilidade. Pelo quarto ano, em 5, o Exercício fechou com resultados positivos, garantindo que o Município tem folga e credibilidade para funcionar sem sobressaltos.

O foco de 2025 não esteve apenas nos números, mas no impacto real na vida das pessoas. Fazendo uso dos Fundos Comunitários, o Município conseguiu dar escala a Projetos que seriam impossíveis apenas com recursos próprios na Saúde e Educação, as obras de Requalificação do Centro de Saúde e nas Escolas Secundárias de Nelas e de Canas de Senhorim são o destaque, com a conclusão prevista já para este ano.

Nas infraestruturas, a substituição da antiga conduta central de água, que teve o início com o Projeto e que será, futuramente, num breve trecho, uma realidade, captou mais valor e irá mudar uma situação que tem mais de 60 anos em défice.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

A conclusão da Requalificação do Centro de Santar devolveu o brilho a uma das Jóias do Concelho. A gestão municipal manteve a política de não deixar ninguém para trás. A execução de mais de 65% do Plano de Coesão das Freguesias prova é que o investimento chegou a todo lado. Ao mesmo tempo, o apoio constante ao Movimento Associativo e uma Agenda Cultural forte colocarão Nelas no Mapa, estimulando o comércio e o orgulho local.

Mesmo num cenário internacional de incerteza e subida de custos, o Município de Nelas conseguiu proteger os seus Cidadãos e valorizar o Património Público, que cresceu mais de 2,2 milhões de euros.

Este Balanço positivo é o resultado de uma visão estratégica e do trabalho de uma Equipa focado no bem comum. Por isso, termino com um agradecimento especial a todo o Elenco Camarário, com especial ênfase ao seu timoneiro, Senhor Dr.º Joaquim Amaral.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado Daniel Marialva. Senhor Deputado Rui Costa, do PSD.

O Senhor Deputado Rui Costa:

Boa noite, Senhor Presidente da Mesa, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Estimado Público.

O que trazemos aqui à Assembleia todos os anos e que dá muitos números, dá muitos números. E, depois, cada um utiliza-os à sua maneira. Uns viramos mais para o verde, outros mais para o vermelho.

Mas, vamos ao que os números, ao fim e ao cabo, nos dizem, que é: Houve investimento, ou não houve investimento? Foi preciso chegar e dizer que investi 7 milhões de euros, dizer que isto é pouco. É um feito que, realmente é mais do que significativo.

Em 2021 os números sufocavam esta Câmara. Atualmente, os números superam o valor coeficiente um. Estão em coeficiente quase 3. O que indica existir uma maior liquidez. Existe uma maior disponibilidade de cobrir as exigências a curto prazo. Isso são os números. A margem de endividamento desta Câmara aumentou. Aumentou de 9 milhões de euros para 10,5 milhões de euros.

O que quer dizer que tem uma gestão pública como nunca houve. Além de que já vimos aqui, que a dívida que existia de há 4 anos, 5 anos atrás, diminuiu, drasticamente. Diminuir dívida, aumentar liquidez. Aumentar liquidez, aumentar capacidade de endividamento desta Câmara.

Aquilo que eu vos vou transmitir, não é político, é de quem fez estas Contas, disse: Face ao exposto, pelos dados apresentados no presente Relatório de Gestão, encontramos hoje um Concelho mais desenvolvido, mais próspero e com melhor qualidade de vida. Eu só vos quero salientar algo que não é uma frase de ninguém que é político. É um Técnico.

Realmente, passados 4 anos e meio, Nela respira e respira para um investimento muito maior. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado Rui Costa. Senhor Deputado Miguel Santos, do PSD. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Miguel Santos:

- Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Cara Mesa da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara e restantes Membros do Executivo, Senhoras e Senhores Deputados, Caras e Caros Munícipes.



Sim, é verdade que a Receita ficou nos 62,79% e a Despesa nos 57,31%. E, sim, ficaram abaixo daquilo que tem sido os anos anteriores. Mas é aqui nessas percentagens que começa a verdadeira diferença entre quem olha para percentagens e quem olha para a realidade.

A Oposição está a tentar transformar essas percentagens numa narrativa complicada. E estas percentagens contam-nos, precisamente, o contrário daquela história que nos estão a tentar contar. Uma história de prudência, de responsabilidade e de investimento real.

Para perceber isso, é preciso começar pelo início. Começar quando este Executivo tomou posse e quando herdou mais de 3 milhões de euros de Despesa comprometida e não paga, mais de 1.3 milhões de euros sem cabimento, ou sequer faturação e alertas formais de IGF e para risco de saneamento financeiro. E eu vou repetir esta parte, que isto é muito importante: Risco de saneamento financeiro.

O mandato começou com um buraco financeiro e um risco real de rutura. E, por isso, não é sério e não é, intelectualmente, honesto exigir Taxas de Execução elevadas, quando quem as critica deixou o Município à beira do colapso.

E perante este cenário, o modelo de gestão seguido ao longo do mandato teve 3 fases muito claras: Primeiro estancar o problema estrutural. Depois, preparar o futuro com projetos, candidaturas ao PRR, ao PT 2030 e o lançamento de empreitadas estruturadas.

E só depois entrar na fase de execução forte, que se materializa, precisamente, entre 2025 e 2026. A Oposição critica a Execução de 2025. Mas esquecesse que 2025 foi o ano em que as grandes obras arrancaram, enquanto que em 2026 é o ano em que, realmente, se executam. E porquê? Porque há fatores objetivos que explicam estas taxas.

Primeiro: A transição entre Quadros Comunitários. Fechou o PT 2020. Foi aberto o PT 2030 e decorreu a execução massiva do PRR. O que vai sempre gerar em todos os Municípios, todos, sem exceção, sempre Execuções, Taxas de Execuções percentuais, mais baixas.

Segundo: A aprovação tardia de financiamentos. Estes contratos só foram aprovados no final de 2024 e no início de 2025. E a execução financeira só começa quando, depois de ser aprovado, do Visto do Contrato e da Consignação.

Terceiro: E como disse muito bem, o Senhor Deputado António Sousa, a natureza plurianual das grandes obras, porque as obras desse Concelho não são de 3 meses. São de 12 e 24 Meses. Um ano, ou 2 anos. E falo do quê? Falo das 2 Escolas Secundárias. Falo dos dois Centros de Saúde. Da APR. Da nova conduta central de água. Do Parque Fluvial das Caldas da Felgueira. Do Museu do Vinho do Dão e da Arte. Das Requalificações urbanas e viárias. E todas estas obras arrancaram em 2025, mas só são executadas em 202. Porque a execução física está no terreno. O ritmo das empreitadas e só não vê quem não quer.

Porquê? Porque mais vale, como disse o Senhor Deputado Rui Costa, mais vale uma execução, neste caso, 57%, com contas certas, dívida controlada e investimento a crescer, do que uma de 90% de execução, com compromisso sem cabimento, de faturas por pagar e risco de saneamento.

E compreendo que vos possa incomodar um bocadinho, porque acaba por ser bastante factual. Este Executivo apresenta 4 anos seguidos de resultado positivo. Ativos fixos a crescer mais de 4 milhões de euros.

Senhoras e Senhores, o que importa não é a percentagem. É o valor absoluto. E quem percebe de Matemática sabe muito bem que a percentagem baixa resulta do denominador ser maior.



Senhoras e Senhores, até um miúdo do Primeiro Ciclo do Ensino Básico saberia fazer isto depois de aprender as frações. E há mais. As obras do PRR e do PT 2030 têm execução física de 16% e 34%. Isto, agora não há provas, se arrancaram em 2025 e vão concluir em 2026.

Orçamentos mais ambiciosos geram execuções, percentualmente, mais baixas, enquanto que com orçamentos pequenos e pouco ambiciosos geram execuções, percentualmente, mais altas, fazendo lembrar até os do Partido Socialista. Já percebemos que a Oposição prefere percentagens altas com obras pequenas. Este Executivo prefere percentagens baixas, mas com obras grandes.

E para fechar o capítulo técnico, a própria Certificação Legal de Contas confirma esta leitura. Não levanta reservas sobre execução orçamental e afirma que as Contas apresentam de forma verdadeira e apropriada a situação financeira do Município. Isto acaba por destruir qualquer tentativa de narrativa de falha.

E ainda assim, mesmo com execução prudente, o Património Municipal aumentou mais de 4 milhões de euros. Mais de 2.024.000,00 euros em Património Líquido. A dívida está controlada e muito abaixo dos limites legais. Zero ponto 81, quando o limite é 1.5. E quando o próprio Relatório de Gestão afirma, está aqui escrito preto no branco: Os resultados de 2025 vão ter a sua maior expressividade em 2026. A execução baixa é temporária. A execução de obra é agora.

Em suma: É preferível de que o modelo anterior porque o modelo anterior tinha execução alta, mas também tinha faturas por pagar, compromissos sem cabimento e resto de saneamento. Enquanto este executivo tem Execução prudente, Contas certas, dívida controlada e obras reais no terreno. E, isso, Senhoras e Senhores, é o que, verdadeiramente, importa para o nosso Concelho.

Tenho dito. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Obrigado, Senhor Deputado Miguel Santos. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. O Senhor Deputado António Sousa também quer intervir? Quer direito de resposta? Peço desculpa, não compreendi. E o Senhor Presidente da Câmara responde, depois a tudo. Senhor Deputado António Sousa, direito de resposta. Muito Peço desculpa, não compreendi. E o Senhor Presidente da Câmara responde, depois a tudo. Muito breve, por favor.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Não. É assim: Misturam-se alhos com bugalhos. Toda a gente sabe fazer frações para é preciso saber o que é que isso lá vai pôr. A comparação da Execução é conseguida em todos os Orçamentos. O grande problema da Execução é vir no Orçamento a totalidade da obra. Não. A totalidade devia vir no final. Encontrou essa situação. Quer que lhe diga qual foi a situação que o PS encontrou antes? Porque vamos ver como é que é e como é que foi e como é que acaba.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Está percebido. Obrigado, Senhor Vereador António Sousa. O Senhor Vereador António Sousa está-me a fazer recordar aqueles célebres tempos que eu fui Membro da Assembleia Municipal em que os Orçamentos eram bem a discussão, que é a mesma. A gente, se for ver as atas desse tempo, encontra a mesma coisa. Só que, realmente, era mesmo vontade de Poder e eram bem empolados e chegavam ao final com as execuções que eram.

Mas, bom. São outros tempos. É só voltarmos atrás quando quisermos. Esse é um aparte meu. Não vamos a noite toda a discutir números, ou um documento técnico. Aqui, só direi o seguinte: Apraz-me bastante saber que a Câmara Municipal de Nelas tem saúde até com capacidade de endividamento, se necessitar, de se candidatar a obras do PTRR que vêm aí pela frente e se precisar, realmente, de avançar para a obras que são estruturais para o Concelho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Isso, para mim, como Presidente da Assembleia Municipal, não querendo aqui também imiscuir-me na grande discussão técnica sobre o Orçamento e peço desculpa, Senhor Presidente, vou-lhe deixar já a palavra. Para mim e com aquilo que foi a Certificação das Contas, já me apraz muito bastante sobre a Conta de Gerência e que foi sobre toda ela, escrito e dito por Órgãos, de alguma forma, independentes. No entanto, com todo o respeito democrático para as opiniões que aqui foram vertidas, como é óbvio. Muito obrigado. Senhor Presidente da Câmara, faz favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado, Senhor Presidente. Peço ao Presidente da Assembleia só 2, ou 3 notas. Nada mais que isso. Acho que, pronto, os argumentos já foram dirimidos, naturalmente, pela perspetiva que cada um faça. E apraz-me registar a elevação, independentemente de nós concordarmos, ou não concordarmos. Faz parte do que é a Democracia. Não há nenhuma ideia de defraudar as expectativas criadas.

No concerne ao que era os investimentos que estavam tipificados em Orçamento e dizer-lhe, de facto, que há valores. Eu percebo o argumento do Senhor deputado António Sousa, que é o valor que está estipulado em Orçamento devia estar repercutido nas Plurianuais e não o montante global, uma vez que não vai ser reportado àquele ano. De acordo. Mas, espere aí, Senhor Deputado.

Não invalidando isso, aquele valor que eu lhe falei, em particular, na habitação, foi um valor que foi concedido ao Município através de um Acordo que foi feito, na altura, com o IHRU também, como foi do conhecimento público. E o que implicava era que nós tivéssemos essa dotação, ou essa referência, em Orçamento.

Em abono da verdade, o que nós lá temos, não é, como é óbvio, nem com aquela magnitude, uma execução para fazer naquele ano, mas era referência a que, com aquela dotação, se pudesse iniciar o procedimento. Foi o que eu disse, Senhor Deputado. Era muito mais fácil para mim, se quisesse mudar as taxas, retirar aquilo numa Revisão e aumentava logo para 60 e tal%, ou 60%, a Execução. Sim, de acordo, de acordo.

Mas foi uma questão, claramente, assumida pelo Executivo, porque entre os prejuízos de juízo político e os potenciais benefícios de implementação daquele Projeto, nós optámos por esta segunda versão. Porque, para nós até era mais fácil ir pelo caminho mais simples. Era bom. Ganhávamos Execução. Aligeirávamos aqui uma questão que pudesse ter uma leitura política, como aquela que estamos a fazer. Mas nós, com obstinação, como é reconhecida, que não teimosia, ficou lá porque era importante que podia acontecer a qualquer momento aquilo.

Não aconteceu, mesmo a nível nacional. Mas nós deixámos lá porque este documento ainda hoje, nas reuniões que foram tidas, foi apresentado. Porque a parte da habitação está consignada, vocês ouviram, no PTRR como prioridade. E nós vamos lá. E vamos à Linha BEI, como parte. Vai haver uma participação. Falta definir ao certo que se definam as coisas e nós vamos lá porque é importante para o território.

E, portanto, o que nós quisermos deixar são esses compromissos políticos. Está aqui. Nós, aquilo que foi o Acordo que o Estado fez, na altura, connosco, continua cá. E esse risco, obviamente que é discutível, mas desculpem a expressão: Eu prefiro ser criticado por lá ter o montante e influenciar a Taxa de Execução do que não ter lá e acontecer alguma coisa e eu depois ter que ir à pressa fazer alguma coisa que me possa correr mal.

Porque também já viram que muitos dos avisos que estão a ser feitos gora, são avisos relâmpagos, muitos deles e vão continuar. Sendo certo que há verba do PRR que vai entrar em overbooking e já está a entrar a velocidades vertiginosas.



Não, naturalmente, querendo usar muito do tempo que havia, dar aqui, só na intervenção do Senhor Deputado António Sousa, dar 2 notas que me parecem de particular relevância. Uma tem a ver com o léxico: O que é a taxa? O que é que deixa de fazer? Este era o exemplo. Mas podia lá estar a expectativa que nós tínhamos de estar concluído o Parque Fluvial e não foi possível.

Mas o Parque Fluvial teve, depois, das Caldas da Felgueira, teve a questão que teve e nós voltámos. Aconteceu com as tempestades. Ficou sério. Então, mas ficou, substancialmente, afetado. E nós continuamo-lo porque sabemos que aquele Projeto é, claramente, diferenciador, pela positiva, para o território.

O Museu do Vinho, nós avançámos mesmo sem termos certeza de financiamento e avançamo-lo e bem. E dizer-vos, por exemplo, no que é Regeneração Urbana, nós fizemos, em abono da verdade, a Avenida João XXIII é um Projeto que transita do mandato do Partido Socialista. Mas também não é menos verdade, quem o executou, financeiramente, foi este Executivo do PSD/CDS, que era assim a sua configuração, em 2021/2025. Com uma vantagem clara: Obrigado Artur. Ia dizer isso, mas obrigado pela mnemónica, sem recorrermos a empréstimos

Como vocês sabem, nos mandatos anteriores, qualquer obra era alvo de empréstimo. Então, com a significância que tem dos 750.000,00 euros, sensivelmente, perto até dos 800.000,00 euros de Execução, seria natural o empréstimo, com este, ou com outro Executivo. E nós fizemo-lo sem recorrer a empréstimo.

Da mesma forma, aí já com empréstimo, fizemos uma ânsia muito grande de um território, Vilar Seco, na Urbanização do Prado, que também que nós deixámos e fizemos com dotação própria do Orçamento do próprio Município.

Na Requalificação Urbana, em Santar, nós andamos sempre a falar disto, que é muito importante, mas o que é certo é que não foi feito. Está a ser feito. A Requalificação do Centro Histórico de Santar está a ser feita.

A Requalificação das Quatro Esquinas, em Canas de Senhorim, está a ser feita. Com problemas? Sim. Com atraso? Sim. Com constrangimento? Sim. Com bastantes questões ligadas às pessoas porque não é fácil, porque para os Comerciantes não é fácil, porque para os residentes não é fácil.

Mas, se fosse fácil não se fazia a obra. Agora, no fim do dia, nós vamos ficar com a Requalificação do Centro Urbano de Santar, do Centro Urbano de Canas de Senhorim e do Centro Urbano de Nelas. Porque a Av.^a João XXIII vai ser complementada pela nova conduta. É regeneração.

Para ficarmos com uma ideia, a Av.^a João XXIII não tem uma loja disponível. E, eu, há muitas, infelizmente, no que é o Centro Urbano original de Nelas, que vem da Rua Sacadura Cabral, Rua Luís de Camões, Rua Afonso Henriques, a Rua Das Flores, que vem dar a esse Centro todo, é uma parte que já está mais antiquada, digamos assim e que precisa, naturalmente, do que é fazermos o que é preciso ser feito em termos do que está enterrado.

Mas também fazer requalificação urbana, por mais simples que ela seja, porque se mexe, porque anda, porque melhora. E, ao fazê-lo, estamos a ativar, grandemente, o que é uma artéria principal da Sede do Concelho de Nelas, que bem precisa para que aquela parte do Pomar, quase cá em cima, está bastante parada já há muito tempo.

Estamos em crer que com o investimento público, haverá investimento privado. E, nós, no decorrer disto, vamos ativar. Já temos esse mecanismo a decorrer, até no que são no Orçamento, de evetivar os Proprietários a executar. Senão. vão ser, seriamente, penalizados.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Nós temos ali, nas Quatro Esquinas de Nelas, um conjunto de edifícios que, uns, entretanto, já foram adquiridos e estão, paulatinamente, a ser intervencionados. Outros não. E nós vamos aproveitar a obra para apertar com isso e apertar, fortemente.

Depois, dizer-vos, que no que concerne aos impostos, este Executivo, houve uma Lei nacional, no que concerne a isenção da derrama, no período da COVID-19. E depois toda a gente, todos os Municípios, pelo menos que eu conheço, posso não ter o conhecimento cabal de todos, mas retomaram o imposto da Derrama. Nós mantivemo-lo também. Há uma parte que nós, que este Executivo e o anterior, mantiveram: A isenção de Derrama até 150.000,00 euros.

Particularmente, para injetar na economia local valor. E estamos a falar de um retorno que seria muito grande em termos de Receita. Mas nós prescindimos dela porque, com a economia local, é fantástico. Para qualquer Jovem nosso, qualquer Município que se queira iniciar na vida privada, criar emprego, gerar valor, nada melhor é do que saber que na parte contributiva, a Autarquia, o Executivo, a Câmara, onde estão, apostou nisso.

É, altamente, competitivo até para o território. Isenção de Derrama até 150.000,00 euros, procurem nos Concelhos que são contíguos ao nosso território e vão ver. E isto é importante porque depois com dados vão ao PORDATA, aumentamos, substancialmente, o número de microempresas. Estamos a falar de 1, 2, 3 postos de trabalho. Para mim são relevantíssimos porque são esses que são. Uma empresa de 600, como já aconteceu neste Concelho, que foi uma tragédia social, é mais fácil a capilaridade de fazer a migração de uma, duas, ou três, ou quatro microempresas para outras, do que o contrário. E, portanto, eu, aí, sinto-me confortável.

Nota final o que do que é o fazer pouco. Eu acho que é preciso para o Concelho. Sim Senhor Presidente com certeza, mas deixar aqui só mesmo uma nota final. É, depois de nós vermos estas todas as intervenções que fomos aqui fazendo deixar só isto: Nós fechamos este Resultado, este Exercício, com 2, ou 3 notas, que me parecem importantes. A Dívida Total Municipal situou-se muito abaixo do limite legal. Eu acho que é importante, não só no que é a gestão eficiente de uma Autarquia, mas do que lhe permite alavancar com tanto Quadro Comunitário a acontecer onde é preciso suporte financeiro.

Por um lado, a margem líquida de endividamento subiu, exponencialmente. E revelar também uma coisa que é importante, porque era uma coisa que era falada de sempre, de forma, de todos nós, independentemente da perspetiva que víssemos, que foi a ausência de pagamentos em atraso no final de 2025. Volto a dizer: Ausência de pagamentos em atraso no final de 2025, diminuição do endividamento e a melhoria da autonomia financeira.

Senhor Presidente, obrigado pela bonomia que me concedeu.

O Senho Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Mais alguém quer intervir aqui neste ponto? Vamos passar à votação da Conta de Gerência: Quem vota contra? Zero votos contra. Quem se abstém? Treze abstenções, sendo 11 dos Senhores Deputados do Partido Socialista e 2 dos Senhores Deputados do Partido Chega. Ai da minuta. Está bem, está bem, está bem.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.2 – Apreciação e votação, nos termos do artigo 25.º, n.º 2, al. 1), da Lei n.º 75/2013, de 12/09, dos documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2025 e remessa dos mesmos ao Tribunal de Contas, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 14 votos a favor, 0 votos contra e 13 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada, por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

E passamos ao ponto 2.3 - Discussão e aprovação da Revisão número 2 ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, do ano de 2026. Senhor Presidente da Câmara, por favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Portanto, no que concerne ao ponto 2.3, a Revisão número 2 do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano 2026 deve-se, essencialmente, no lado da Receita, a 2 projetos estruturantes que, de facto, não podem ser contemplados porque apareceram e nós, naturalmente, aproveitámos o ensejo do que isso aconteceu. E fá-lo-emos sempre. Tomara que tivéssemos que fazer 10 Revisões, ou 20 Revisões Orçamentais, desde que isso implique investimento no território, cá estaremos.

Aqui, uma tem a ver com o que foi o Fundo de Emergência Municipal, que tinha uma comparticipação inicial de 85% e passou para 100%. Portanto, nós estamos a falar num investimento total 788,127,03 euros de valor elegível. E, portanto, havia esta comparticipação de 679.908,00 euros. Portanto, o que nós fazemos aqui é, naturalmente, abrindo esta janela de oportunidade para a comparticipação subir de 85% para 100%, naturalmente, candidatarmo-nos para o efeito e foi feito a submissão para ser aprovado. Mas, para fazermos isso, temos que fazer este reforço da Revisão Orçamental, que não Alteração. Tinha que ser mesmo Revisão.

A segunda questão: Fomos há 1 mês e meio, talvez', sim, talvez menos, 4, 5 semanas, reuniões pedidas pela GNR do Distrito de Viseu para saber da nossa recetividade, pudéssemos fazer um contrato interadministrativo que permitisse fazer obras nos Quartéis do Concelho. Naturalmente, dissemos que sim. Não podia ser de outra maneira. E foram candidatados os 2 Postos da GNR, tanto, o de Nelas, como o de Canas de Senhorim.

Entretanto, foram candidatados de acordo com o Senhor Comandante Resende, 12, se a memória não me atraiçoa, 12 no Distrito. e, portanto, foram aprovados 2, 1 deles em Carregal do Sal e outro em Nelas. Portanto, um tem a ver connosco. Fomos contemplados. Houve outros Concelhos que não foram. E, portanto, é no montante de 127.200,00 euros. A única questão é que temos que fazer este Contrato. Nós temos que ter lá a dotação para fazer a abertura do procedimento. E, naturalmente, terá que ser aprovada aqui na Assembleia. Para isso acontecer, há um problema porque a execução tem que ser durante este ano, preferencialmente, até novembro, mas, para não deslizar, tem que ser feito este ano.

As obras são também de tamanho. Não são muito complexas. Mas é necessário que seja aprovado, pelo menos isto. E depois, também para o lançamento do concurso. E esperemos que haja empreiteira, porque também é outro problema, mas esperemos que sim, de forma a que seja executada esta obra. Isto no campo da Receita.

No campo das GOP,s, onde espelhámos isto, foi, não só no lado da Despesa, a questão do Posto Territorial, como já tínhamos falado. O Leasing automóvel, na renda estimada pela Contabilidade, de 16.000,00 euros para o ano de 2026. E inscritos os valores para os anos seguintes. Total de 7 anos, que tem a ver com o Contrato de Leasing para a aquisição de um autocarro novo, no total de 220.000,00 euros, com os orçamentos que temos de estimativa, a mediania, digamos assim, do que nós temos. E, portanto, é esse Estudo de Mercado que tem de ser feito para lançar-se o procedimento.

Depois, o leasing dos juros e depois, como se tem que fazer a distribuição nas Receitas e nas Despesas, foram repercutidas nas GOP,s NOS para a Requalificação Urbana do Concelho, 50.000,00 euros, na Rede Viária do Concelho. E cerca de 51.000,00 euros, que é para fazer o equilíbrio entre o que são as Receitas e as Despesas, que têm que ser no mesmo valor, no mesmo montante.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

E, portanto, é essa nota, Senhor Presidente, que era importante ressaltar para, de alguma forma, justificar e esclarecer, sobre esta Revisão Orçamental.

Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito bem, Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra neste ponto? Faz favor, Senhora Deputada Mafalda Lopes. O Senhor Deputado António Sousa também pediu para falar.

A Senhora Deputada Mafalda Lopes:

- Ora, passo os cumprimentos. Relativamente a este ponto, realmente este Executivo, não só este Executivo, tem sido bafejado pela sorte, porque muitos dos Projetos que tinham uma comparticipação, por parte do Município, de 15%, passaram a ter uma comparticipação total de 100%. Isso aconteceu com as obras do PRR.

E, por isso, o tal endividamento, também é preciso saber que vem do PRR, que é o Plano de Recuperação e Resiliência pós-pandémico e que, infelizmente, em todo o país e não só no nosso País, mas também na Europa, está atrasado.

Portanto, do Fundo de Emergência Municipal, há um diferencial que a Câmara encaixa de 118.219,07 euros, salvo erro e do Ministério da Administração Interna. Portanto, a verba destinada à reparação do Posto Territorial de Nelas passa de 127.200,00 euros, que deixa de sair do Orçamento Municipal e passa a ser comparticipado. Claro que é sempre muito bom incorporar Receita. É uma Revisão Orçamental daquelas que todos gostávamos de ter. É um encaixe. E muito bem.

O Senhor Presidente faz uma opção política de usar, eu diria que a soma destas parcelas daria para comprar o autocarro sem pagar juros. Mas o Senhor Presidente faz uma opção política de um contrato de leasing de um autocarro. Uma renda de 16.000,00 euros e um juro de 1.250,00 euros. E reforça 2 rubricas muito importantes para mim e para todos os Municípios, que é a maior queixa que nós temos a fazer de como está o estado do Concelho, para a Requalificação Urbana do Concelho. E a Requalificação da Rede Viária do Concelho, 50.000,00 euros para a Requalificação Urbana, acresce à verba que já está inscrita. E a Requalificação da Rede Viária, 50.969,07 euros. E esta recolocação da verba provém, efetivamente, do Fundo de Emergência Municipal e é um processo administrativo.

Eu, há pouco, estava a ouvir falar o Senhor Presidente e até o Senhor Deputado Miguel, pela simpatia, pela Juventude e frescura. Não sei se vivemos no mesmo Concelho quando descreve, portanto, a boa gestão. Eu lembrava-lhe, por exemplo, a Festa de Natal e uma opção política, que é oferecer um jantar aos Funcionários e um cabaz. Quando é numa empresa e quando eu faço isso, eu corto e partilho o meu lucro. Quando eu faço isso com o Orçamento Municipal, não é dos Funcionários da Câmara, é de todos nós. E, portanto, há opções políticas que merecem. São pormenores, mas são por maiores, por maiores.

Senhor Presidente. Tenho dito.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Por favor, não vamos entrar em diálogo. Obrigado. Senhor Vereador António Sousa, por favor. E Senhor Deputado Rui Costa.

O Senhor Vereador António Sousa:

- É só um pós escrito porque, realmente, isto é a demonstração que se podem fazer ao coisas como deve ser, porque as Revisões Orçamentais são, exatamente, quando aparecem coisas novas, resolve-se o problema assim. Metem-se lá ter os 5 milhões de euros.

O Senhor Presidente da Assembleia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Está percebido. Muito bem. Obrigado, Senhor Deputado António Sousa. Senhor Deputado Rui Costa.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu estou incrédulo. Eu estou incrédulo. Desculpem, como é que possível dizer uma coisa destas? Anteriormente, só tinham 15% de Fundos. Mas doí-me a alma, quando numa coisa fundamental no seu conteúdo. Estou incrédulo com isto.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado Rui Costa. Muito breve, por favor, Senhora Deputada Mafalda Lopes.

A Senhora Deputada Mafalda Lopes:

- A questão dos 15% e dos 85%, ou dos 100%, por acaso, o Governo do PSD e eu vou dizer que foi um momento de esperança, digamos assim, mudar de política, às vezes é preciso e é importante, beneficiou de uma coisa extraordinária, que é o tal superavit e das cativações. E então, porque teve essa excedente e estará 4 anos, prevejo eu, que não são nada disto, a fazer campanha eleitoral, abriu os cordões à bolsa e distribuiu e permitiu que as candidaturas passem a não ser comparticipadas e onerar as Câmaras e deu-lhes essa liberdade.

Ó Senhor Deputado Rui Costa, passou de 87% o financiamento do Estado, para 100%. O que é que aconteceu? A economia subiu assim tanto? Ficámos muito mais ricos? Descobrimos petróleo? Como é que se dava o dinheiro antes de não haver dívida?

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhores Deputados, Senhores Deputados, peço desculpa. Vamos ouvir a Senhora Deputada.

A Senhora Deputada Mafalda Lopes:

- Eu não consigo ouvir estas palavras, ó Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu só preciso, desculpe. Eu só disse as palavras de que foi: Arranjou. E quando o Privado gasta dinheiro, é da sua responsabilidade, é dinheiro privado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Julgo que os pontos estão percebidos, aquilo que disse e aquilo que já foi rebatido. Senão, estamos durante mais horas.

A Senhora Deputada Mafalda Lopes:

- Não. É o direito de resposta.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- A Senhora Deputada Mafalda Lopes volta a repisar argumentos que já foram aduzidos nesta discussão e teria todo o tempo do mundo, se fosse para um tema diferente. Estamos a discutir já temas laterais ao ponto que estamos a discutir. E eu agradecia que fosse breve dado o adiantado da hora e nós temos muita coisa para discutir esta noite.

Muito obrigado.

A Senhora Deputada Mafalda Lopes:

- Sem dúvida. Também já houve aqui grandes alongamentos.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Estamos então aqui numa discussão nacional e internacional. Nunca mais daqui saímos. Agradeço que seja breve

A Senhora Deputada Mafalda Lopes:

- Então, mas não temos que perceber de onde é que vem, dos 85% aos 100%, do financiamento? Então, a Câmara não tem necessidade?

O Senhor Presidente da Assembleia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Ó Senhora Deputada, mas com certeza. Mas eu quero uma questão em concreto sobre este ponto.

A Senhora Deputada Mafalda Lopes:

- Então, fico por aqui. Já me expliquei dos 85% para os 100%. E, por isso a Câmara não tem necessidade de se endividar. Estes projetos não são feitos pela Câmara, com a comparticipação.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Bom, bom. Vamos lá, Senhor Presidente, Senhora Deputado Mafalda, agradeço. O ponto, se quiser, dou-lhe mais 1 minuto, se quiser sobre o ponto, ainda. Não, não, tem. Eu dou-lhe a palavra desde que seja sobre este ponto.

Bom, sobre este assunto, mais alguém quer fazer algum uso da palavra sobre alguma situação? Senhor Presidente da Câmara, faz favor. Muito obrigado por favor para rematarmos o ponto, para passarmos à votação.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Eu acho que quando fiz a apresentação, julgo eu que fui esclarecedor. Mas, eventualmente, não. Entendemo-nos: É uma candidatura. Isto não caiu do céu. Nós fizemos a candidatura, como é óbvio. Abriu um aviso com uma dotação financeira e uns vão lá, outros não foram. A dotação financeira original tinha uma comparticipação de 85%. Fomos lá a jogo, na mesma. Nós fomos. Foi aceite. Então e o trabalho é de quem? Então não é da Câmara? Primeiro ponto.

Segundo ponto, não menos importante: Somos comunicados à posteriori que tendo em questão a temática que é, para reforço nos meios de Proteção civil, a comparticipação iria subir de 85% para 100%. O que é melhor para uma candidatura nossa. Ou seja, em vez de onerarmos o Orçamento Municipal com esses 15%, dissemos assim: Não é preciso. É 100%. Então, nós vamos dizer o quê? Que não?

O que nós estamos aqui a fazer é para nós recebermos esses 15%, temos que acrescentá-los e pô-los aqui na Revisão. Qual é a dúvida? Desculpe, ó Senhora Deputada, você estava a dizer tudo ao contrário. Desculpe, ó Senhora Deputada, há um Quadro, há um Aviso Quadro, no âmbito do PRR e já lá vamos, rapidamente, ó Senhor Presidente, uma, foi uma candidatura para este efeito, 85%. Candidatamo-nos. Fomos contemplados. Siga. Somos comunicados que sobe para 100%. O que é que vamos dizer? Não, não queremos. Mas, para fazer isto temos que acomodar o Orçamento e temos que lá meter estes 15%. Simples.

No que concerne ao contrato interadministrativo com a GNR, nós não estamos a fazer coisas diferentes. É isto. Isto é a questão relacionada com a candidatura que houve. E, portanto, nós vamos receber mais dinheiro. Não vamos gastar mais dinheiro. Mas não o podemos pôr noutro lado. É para ali. E metendo-o ali, vamos buscar mais dinheiro. Então qual é a grande dificuldade?

GNR, eu falei do contrato interadministrativo. Nós não estamos a gastar um cêntimo. Aquele dinheiro é do contrato interadministrativo com a GNR. A GNR paga e nós executamos. O que é que tem que acontecer? Como em qualquer candidatura, andamos à frente e executamos. Agora, para nós fazermos isso, para lançarmos o procedimento, tem que estar cabimentado, tem que ter um Fundo. E é que estamos a fazer.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Eu julgo que tudo isto foi já compreendido. Senhor Presidente, muito obrigado. Vamos passar à votação. Então, ponto 2.3 - Discussão e aprovação da Revisão número 2 ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do ano de 2026: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado, por unanimidade. Senhora Secretária, vamos à minuta da ata, por favor.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.3 - Discussão e aprovação da Revisão n.º 2 ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, do ano de 2026, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 27 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada, por unanimidade.

Passamos, então, ao ponto 2.4 - Relatório anual de atividades do ano de 2025 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas. Isto é um documento de conhecimento. Eu convidava o Senhor Dr. Marcelo, aqui presente, Presidente da CPCJ, para nos apresentar. Eu agradecia a sua capacidade de síntese, muito mesmo, mesmo muito.

O Senhor Dr. Marcelo Monteiro Costa:

- Boa noite a todos. Eu serei tão breve quanto possível. Gostaria, num primeiro momento, de cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa, cumprimentar os Distintos Deputados da Assembleia, cumprimentar também o Senhor Presidente da Câmara Municipal e obviamente, na sua pessoa, o Executivo Municipal, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e todos os Municípios aqui presentes.

Passarei, então, à apresentação do Relatório Anual das Atividades da CPCJ em 2025. Contarei ali, com a colaboração do Senhor Funcionário Municipal, do Luís Ribeiro, para ir passando os slides. Muito obrigado.

Portanto, fazer só um breve enquadramento: A CPCJ de Nelas foi criada em 1999. Portanto, isto em junho, 16 de junho de 1999. Há quase 27 anos. Entretanto, um ano e meio mais tarde, portanto, no início, com as famosas CPM, as Comissões de Proteção de Menores. Entretanto, no final de 2000, do ano 2000, ficou com a designação atual: Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, as chamadas CPCJ,s.

A CPCJ de Nelas, assim como todas as outras, certamente, que existem pelo País, tem três objetivos principais: Promoção dos direitos das Crianças e dos Jovens; a prevenção das situações de risco, a intervenção também, portanto, a prevenção das situações de risco e a intervenção em situações de perigo.

Passando, então, ao Relatório, propriamente, dito: Em termos de reuniões, nós tivemos 35 reuniões anuais, 9 da sua Comissão Alargada e 26 reuniões na Comissão Restrita, que é a Comissão que acaba por intervir na parte processual.

Em termos de caracterização processual, propriamente, dita, nós recebemos, ou melhor, nós tivemos ao longo do ano de 2025, 127 sinalizações recebidas. Sendo que 31 dos processos que tivemos neste ano, transitaram do ano anterior, de 2024, 78 novos processos, 2 transferências e 16 deliberações de reabertura. Noventa e dois desses processos dizem respeito a Crianças e Jovens, neste caso, dos 6 aos 21 anos, sendo que a sua escolaridade é variada, mas com especial foco na no Ensino Básico e no Ensino Secundário.

Relativamente à nacionalidade destas Crianças e destes Jovens, grande maioria de nacionalidade portuguesa, mas também algumas crianças, nomeadamente, do Brasil e de Angola, oriundas desses Países.

Em termos de modalidade de ensino, essencialmente, inseridos em regime regular, mas também bastantes Estudantes do Ensino Técnico-Profissional.

Relativamente àquilo que diz respeito às Crianças em idade pré-escolar, portanto, até aos 5, 6 anos de idade, recebemos e trabalhamos, acompanhámos 35 processos ao longo do ano, a



maior parte inseridos em contexto de IPSS,s, grosso modo, do sexo feminino e dos quais, 6 crianças, 6 processos, neste caso, de Crianças portadoras de Deficiência.

Agora, um aspeto importante neste slide: Relativamente às problemáticas sinalizadas. Portanto, as Crianças são sinalizadas por diversas problemáticas. Aqui elenco aquelas que são mais frequentes. Portanto, na primeira infância, na parte das Crianças mais pequenas, situações de, grosso modo, de negligência e de ambiente familiar disfuncional. E isto é muito comum, infelizmente.

Depois as Crianças já um bocadinho mais velhas em termos das problemáticas em termos de absentismo escolar e de exposição a violência doméstica, violência familiar.

Depois, os Adolescentes e Jovens, essencialmente, comportamentos de risco, a assunção de comportamentos de risco e situações de bulling e indisciplina em ambiente escolar.

Relativamente às medidas aplicadas, na sua grande maioria, a medida aplicada foi o apoio junto dos Pais. Portanto as crianças continuaram a permanecer no seu ambiente familiar. E nós achamos que isso é de grande relevo, de grande importância.

Salientar também que não houve procedimentos de urgência, portanto, não foram retiradas quaisquer Crianças ao longo deste ano.

E a modalidade de contacto foi na sua grande, grande maioria, comunicações recebidas via e-mail, cerca de 90%, grande maior parte das comunicações foi desse modo.

Relativamente às Entidades sinalizadoras, grande maioria das nossas sinalizações são oriundas das Forças de Segurança, nomeadamente da GNR e dos Estabelecimentos de Ensino. Grande, grande maioria destas 2 dimensões. Também alguns casos que recebemos de Estabelecimentos de Saúde.

E aqui realço também, acho que é muito importante, um crescimento exponencial de sinalizações anónimas. Através do site da Comissão Nacional é possível. Há um endereço que a pessoa pode fazer a denúncia de alguma situação que conheça. E tem, nos últimos tempos, tem crescido, grande, têm tido um grande relevo, este tipo de sinalizações.

Relativamente aos motivos do arquivamento dos processos e da cessação da nossa intervenção, do nosso acompanhamento, a maior parte dos motivos de cessação, aqueles que têm maior frequência serão a situação de perigo já não subsistir. E, também, bastantes processos que são remetidos para o Ministério Público por não ser prestado consentimento por parte dos Pais, ou do Jovem, a partir dos 12 anos.

Fazemos também colaboração, ou estamos também a colaborar com as outras CPCJ,s de todo o País. Fizemos, ao longo do ano de 2025, 5 pedidos às outras Comissões para assinatura de consentimentos, ou visitas domiciliárias. E recebemos 9 pedidos, ao longo deste ano, também para os mesmos fins.

Agora e prometo que já não me alongarei muito. Gostava de passar em revista também algumas das atividades que nós fomos fazendo ao longo deste ano. Desde logo no dia 4 de abril, se não me falha a memória, do ano passado, realizámos aqui neste Auditório uma sessão de esclarecimento sobre Acolhimento Familiar, em articulação, obviamente com o Município e pela Excelência e por todo o apoio prestado na logística.

Mas também com o Instituto de Segurança Social e com as Obras Sociais de Viseu, que são a Entidade protocolada que, efetivamente, na Região trabalha estas famílias e procura criar este tipo de intervenção.

Também participamos numa reunião de trabalho sobre o Plano Municipal de Migração.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Realizámos também uma Caminhada, isto em Canas de Senhorim, juntamente com a Escola. Aliás, uma iniciativa da Escola, na qual nós colaborámos e acedemos, uma Caminhada contra os maus tratos na Infância, também no mês de abril.

Diversas iniciativas com Estabelecimentos de Ensino, com Comerciantes do Concelho, sobre a Campanha do Laço Azul. Participamos também no Dia da Criança. E no encerramento da Época do ABC de Nelas também fomos convidados e foi feita uma angariação de bens, de roupas, para ser distribuído pelas Crianças mais necessitadas.

E participámos ainda na Feira do Vinho do Dão no ano passado. Tivemos uma afluência bastante elevada. É de salutar. E a participação também no Torneio Nelas CUP, com a realização do Laço Azul Gigante, que, habitualmente, fazemos.

Em termos de considerações finais o que é que eu vos posso dizer? Que há, efetivamente, um número cada vez mais elevado de processos e de sinalizações que nos chegam, com predominância, essencialmente, em problemáticas familiares, do seio familiar, entre os Pais, nomeadamente, violência doméstica. E para isso, importa o quê? Prevenir, sensibilizar e intervir o mais cedo possível, o mais, precocemente, possível.

Sentimos também que, obviamente, é importante investir no acompanhamento destas famílias. E sentimos que, realmente, temos aqui tentar consertar alguma possibilidade de termos uma forma de conseguirmos fazer a audição da Criança de forma mais isolada possível. Achamos que é também um aspeto a salientar.

Estou, mesmo, mesmo a terminar. Apresento-vos esta imagem que é uma imagem da Comissão Nacional associada ao mês de abril, que está agora a findar, o mês da prevenção dos maus tratos da Infância. E devemos lembrar-nos que devemos olhar para esta temática, não só no mês de abril, que é quando é mais abordado, obviamente, mas ao longo de todo o ano deve ser uma problemática que que devemos ter em especial atenção.

Por fim, estes são os contactos da Comissão. Achei importante colocá-los aqui porque acho que todos juntos é que podemos trabalhar para o futuro das Crianças e dos Jovens do nosso Concelho.

Termino, agradecendo e esperando ter sido breve. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Dr. Marcelo em nome da Assembleia. Não sei se alguém quer, pretende algum esclarecimento extra a esta apresentação? Tem alguma questão a formular sobre o Relatório? Nós temos a agradecer sobre o trabalho desenvolvido durante o ano 2025 da CPCJ e que, realmente, os parâmetros que aqui foram anotados possam melhorar e que continuem o vosso trabalho.

Portanto, como era conhecimento, vamos passar ao ponto seguinte. E temos o ponto 2.5 – Discussão e aprovação da abertura de procedimento concursal para o cargo de Direção Intermédia de 3º grau da Unidade Orgânica de Educação, Cultura, Desporto e Juventude. Faz favor, Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Apresentar só o ponto, rapidamente. Os cargos de Direção Intermédia, naturalmente, têm períodos de vigência. Este é o primeiro que começa. E, brevemente, serão feitos os outros 2. Temos 3 Coordenações, cargos de Direção Intermédia de Terceiro Grau da Unidade Orgânica, este de Educação, cultura e Juventude, um da parte Administrativa e Financeira e outro de Obras, de uma forma geral e Ambiente.

Portanto, este é o primeiro que abre porque foi o que tinha sido iniciado mais cedo. E, portanto, ainda este ano teremos os concursos, o que é exigido por Lei para e nós também fazemos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

questão disso, para depois os outros 2 cargos de Direção Intermédia. Naturalmente, a abertura de qualquer procedimento de concursal tem que ver à reunião de Câmara e da Assembleia.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito bem. Alguém se quer pronunciar sobre este ponto? Vou colocar à votação. Então: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado, por unanimidade. Vamos à minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.5 - Discussão e aprovação da abertura de procedimento concursal para o cargo de Direção Intermédia de 3º grau da Unidade Orgânica de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 27 votos a favor, 0 votos contra, 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada, por unanimidade.

Passamos ao ponto 2.6 – Eleição de um Senhor Presidente de Junta de Freguesia, em representação das Freguesias do Concelho, para a Constituição do Conselho Municipal de Educação.

Eu tenho indicação da parte da bancada do PSD, que propõe o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Seco, Pedro Miguel Marques Morais para ser este o Representante a ser apresentado à Assembleia. Da parte da Assembleia, há mais algum candidato que se queira apresentar?

Então poderemos deliberar e procedermos à eleição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Seco para representar as Freguesias para a constituição do Conselho Municipal de Educação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado, por unanimidade, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Seco para representar as Freguesias para a constituição do Conselho Municipal de Educação.

Ponto 2.7 – Discussão e aprovação do Projeto de alteração da subalínea ii), da alínea a), do n.º 1, do Artigo 95.º, do Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais do Município de Nelas - Conceito de família numerosa. Senhor Presidente, por favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- É muito rápido também. Senhor Presidente, obrigado. O que nós estamos a falar aqui é uma, na redação do documento, houve um manifesto lapso porque o conceito de família numerosa é, ele, automaticamente, reconhecido enquanto tal e o nosso Regulamento, o que tinha expresso, induzia em erro e não era, completamente, correto.

De maneira que o que trazemos aqui é uma pequena correção que torna a questão clara. Família numerosa é a partir da constituição de 5 pessoas do Agregado Familiar, como sabem. O Regulamento, ao lê-lo, parece que tinha que ser mais de 5 pessoas, quando, de facto, basta ser 5 pessoas para ser constituído como família numerosa.

Portanto, suscitou ali um conjunto de dúvidas. E, portanto, para nós o fazermos, deixarmos claro, pusemos isso em consulta e agora em votação da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito bem, Senhor Presidente. Eu, há pouco, por lapso, não votámos a minuta da eleição do Senhor Pedro Miguel Marques Morais e pedia à Senhora Secretária para ler a minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O ponto 2.6 - Eleição de um Senhor Presidente de Junta de Freguesia, em representação das Freguesias do Concelho, para a Constituição do Conselho Municipal de Educação foi posto à discussão, tendo sido eleito o Senhor Pedro Miguel Marques Morais, tendo sido aprovado com 27 votos a favor, 0 votos contra, 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito bem. Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada, por unanimidade.

Agora, sim, no ponto que estávamos em discussão, 2.7. Alguém quer intervir sobre esta matéria que o Senhor Presidente da Câmara acabou de explicar? Não. Então, vamos colocar à votação. Ponto 2.7 - Discussão e aprovação do Projeto de alteração da subalínea ii), da alínea a), do n.º 1, do Artigo 95.º, do Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais do Município de Nelas - Conceito de família numerosa. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado, por unanimidade. Faz favor.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.7 – Discussão e aprovação do Projeto de alteração da subalínea ii), da alínea a), do n.º 1, do Artigo 95.º, do Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais do Município de Nelas - Conceito de família numerosa, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 27 votos a favor, 0 votos contra, 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada, por unanimidade. Obrigado.

Passamos ao ponto 2.8 - Discussão e aprovação da alteração ao Contrato de Delegação de Competências do Município de Nelas no Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim. Senhor Presidente da Câmara, por favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado, Senhor Presidente da Assembleia. Falo dos 2 pontos porque faz sentido, tem a ver rigorosamente com a mesma questão.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Sim, Canas de Senhorim agora e Nelas depois é, exatamente, a mesma coisa. Votaremos em simultâneo.

O Senhor Presidente da Câmara:

- O que nós falamos aqui são as atualizações no que são as dotações para o ano de 2026. E, portanto, é essa alteração que fazemos, que é a alteração com os valores atualizados.

Deixar-vos uma nota de que, numa delegação de competências, no que tem a ver com o edificado, há a ideia da verba que está lá consignada foi feita para dois efeitos, só para terminar aqui uma parte que também que era importante e voltar a isto.

Mesmo o PRR, quando se fala em 100%, não é, objetivamente, 100%, porque os Trabalhos Complementares, a Revisão de Preços, são custeados pela Autarquia, como disse. É como tem que ser. E decorrem da Lei. É tão simples quanto isso. Portanto, 100% é a comparticipação, mas o Orçamento Municipal também é utilizado. E, em particular, no que está a decorrer nas 2 obras, nas 2 Escolas Sede, há questões que não estão, completamente, resolvidas.

Uma, nós resolvemos, que tem a ver com as Escolas Sedes. Temos, com as candidaturas do PT 2030, os Jardins-de-Infância de Senhorim, Canas de Senhorim e Vale de Madeiros, a situação acautelada no Circulo do que são os Estabelecimentos do Pré-Escolar e do Primeiro Ciclo. Temos acautelada com esta Requalificação das 2 Escolas Secundárias o que é, grosso modo, do Ensino Secundário, mas também Básico.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

E fica de fora um Estabelecimento que precisa de uma intervenção de requalificação urgente, que é o Centro Escolar de Nelas, que tem problemas sérios, estruturais de infiltração e de condições bastante precárias em alguma parte. E, portanto, nós vamos fazer a intervenção. Já está a ser feito o orçamento para entrar no procedimento para fazer a Requalificação do Centro Escolar.

Finalmente, no que concerne ao Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim, há um anseio já também há muito tempo, que tem a ver com o Bar dos Alunos. Tinha condições bastante complicadas, escolher bem os adjetivos. Portanto, não tinha muitas condições e até por uma questão de segurança, não tinha.

A candidatura não contemplava a construção da requalificação de uma coisa que não existia. Muito menos para a parte do que era o Bar. E, portanto, esta verba é também para, de alguma forma, conseguirmos dar resposta, tanto a uma como a outra questão.

Esqueci-me do telheiro do Senhor Representante da Educação para a Escola de Vilar Seco. Mas posto isto, Senhor Presidente, obrigado pela atenção. Lançou esses pontos que eu queria deixar.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito bem. Muito obrigado, Senhor Presidente. Então, alguém quer intervir neste ponto? Ponto 2.8, vamos colocar à votação - Discussão e aprovação da alteração ao Contrato de Delegação de Competências do Município de Nelas no Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado, por unanimidade. Vamos à minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.8 - Discussão e aprovação da alteração ao Contrato de Delegação de Competências do Município de Nelas no Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 27 votos a favor, 0 votos contra, 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada, por unanimidade.

Passamos, então, ao ponto 2.9 - Discussão e aprovação da alteração ao Contrato de Delegação de Competências do Município de Nelas no Agrupamento de Escolas de Nelas. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado, por unanimidade. Vamos à minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.9 - Discussão e aprovação da alteração ao Contrato de Delegação de Competências do Município de Nelas no Agrupamento de Escolas de Nelas, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 27 votos a favor, 0 votos contra, 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada, por unanimidade.

Passamos ao seguinte ponto, 2.10 - Discussão e aprovação do Contrato de Cooperação Interadministrativo para obras de reparação da infraestrutura adstrita ao Posto Territorial de Nelas da GNR. Senhor Presidente da Câmara, por favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Muito rapidamente, até porque já falamos sobre o assunto numa outra rubrica. Mas, portanto, basicamente, aí é o Contrato de Cooperação Interadministrativo que, naturalmente, tem que ser aprovado. Ele, formalmente, para a agilização do que era o Projeto, há a intenção natural e a recetividade completa, pelo menos da Câmara. Estou certo que da Assembleia também.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

E só mesmo para dizer uma coisa, tão simples quanto isto: Estamos a falar de uma dotação que está lá de 127.200,00 euros, portanto, que será transferida para a Câmara através do Ministério da Administração Interna. E, portanto, a única questão aqui é que o Dono de Obra seja a Câmara. Portanto, nós vamos lançar os procedimentos. Submetemos a Despesa, o Auto. O Auto é pago, automaticamente. E, portanto, gera.

Temos esta oportunidade soberana de requalificar um dos Quartéis do nosso Concelho, que bem precisava também. Há esta vontade do próprio Ministério de o fazer. Prova disso, deixar claro que o edificado, ainda por cima, é da Câmara. O que quer dizer que o Projeto que a GNR tem de construção de um novo Quartel. Daqui a quanto tempo? Também não vou, naturalmente, falar disso. Fará com que aquele espaço depois seja mais um espaço do Município, devidamente, requalificado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Alguém quer fazer uso da palavra sobre este tema?

Passamos à votação. Ponto 2.10 – Discussão e aprovação do Contrato de Cooperação Interadministrativo para obras de reparação da infraestrutura adstrita ao Posto Territorial de Nelas da GNR. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado, por unanimidade.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.10 – Discussão e aprovação do Contrato de Cooperação Interadministrativo para obras de reparação da infraestrutura adstrita ao Posto Territorial de Nelas da GNR, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 27 votos a favor, 0 votos contra, 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada, por unanimidade.

Muito bem, estamos todos de parabéns. Conseguimos cumprir todos os pontos da Ordem de Trabalhos. Falta o Público.

Alguém do Público pretende intervir? Só o nome, por favor. António Pereira. Vem de onde? E qual é o assunto? Muito bem. António Pereira. Mais alguém? Faz favor.

O Senhor António Pereira:

- Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia. Boa noite, Senhor Presidente da Câmara e todo o Executivo. Restante Público em geral.

O que me traz aqui foi o corte, eu diria que, quase que repentino, da totalidade da Rua do Ribeiro. O corte parcial tanto que permitia o acesso, tanto ao Supermercado, como à Rua do Ribeiro, ao meu estabelecimento, o corte parcial, eu compreendo. E total também o compreendia se fosse 1, 2 dias, se a obra fosse feita por 2 etapas.

Agora, os Senhores fizeram isto. Quiseram fazer isto de uma etapa só. Eu pergunto: Quantos dias vai estar aquele acesso cortado? Não fomos informados de nada. Fomos, peço desculpa. Eu, quando venho à Câmara entregar documentos, se a porta da Câmara estiver fechada tenho que cá voltar outro dia.

Eu sei que o Senhor Presidente não tem culpa disto, mas eu vou-lhe dizer o que é que se passou: Aquele documentozinho que andaram a distribuir em Santar ficou na porta assim entalado na lateral. Eu acho que quando se quer informar alguém é com os Estabelecimentos abertos e não com eles fechados.

Mas eu queria obter daqui respostas porque há contactos que estão, que foram feitos. Os Comerciantes não estão agradados, como é lógico, porque o corte parece que vai ser bastante



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

demorado. Isto trás consequências para o nosso comércio local. Gostava de saber se foi salvaguardado esse facto.

E era só.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor António Pereira. Eu não sei se o Senhor Presidente da Câmara querará responder?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Sim, claro. Fui designado para o efeito.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito bem.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Com todo o gosto. Estimado Múncipe: Duas questões, sei lá, dois apontamentos que quero deixar sobre este ponto.

É um cliché o facto de nós dizermos, mas é verdade, que o desenvolvimento, ou fazer investimento em obras e empreitadas causa transtornos, causa constrangimentos, aqui e em qualquer lado. Sim, cria. E nós temos noção disso. E também temos noção de quando fizemos na Avenida João XXIII, os constrangimentos que teve. O impacto que teve na economia. O impacto que teve nas lojas. Nós sabemos isso, mas tem que ser feito. Eu já ouvi a sua intervenção. Agora é a minha vez. Portanto, é natural que assim seja.

E, aconteceu aqui com a Av.^a João XXIII. Está a acontecer em Canas de Senhorim com a Requalificação das Quatro Esquinas. Do Centro Urbano também de Canas de Senhorim. E está a acontecer em Santar.

Ora, muito do que podia ser feito em termos de um Quadro mais alargado de execução poderia permitir um outro tipo de intervenção. Não é o caso. E embora nós tenhamos noção disso e fizemos e vamos continuar a fazer campanhas nesse sentido de, alguma forma, ressarcir os Moradores que são penalizados e lesados, seja pelo pó, seja pela lama, seja pelo que for e que são penalizados, ou nos acessos à habitação, ou na mobilidade de pessoas idosas, ou com fragilidade de locomoção. Esse é um aspeto.

E o outro do quem são os Atores da economia local de quem tem um estabelecimento aberto. Obviamente que uma obra circunscreve o que é a ida a um dos estabelecimentos comerciais. Também pode circunscrever a própria passagem para os Fornecedores para deixar o que é o negócio de cada um.

Eu sei isso tudo. E nós temos feito medidas para mitigar isso, cientes que não é fácil, cientes que as pessoas, que compreendemos, perfeitamente, alguma revolta. Não é no sentido assim tão forte a palavra, mas das pessoas. Mas nós temos que fazer isso. E eu prefiro depois, no final do dia, que é uma coisa fantástica, já usei esta expressão muitas vezes hoje, para o meu gosto. Mas depois, no final de concluirmos este caso específico, estamos a falar deste, do Centro Urbano de Santar, o Centro Urbano de Santar estar concluído, feito. E Santar usufruir de uma empreitada que toda a gente, assim o ansiou, assim o desejou e nós estamos a concretizar.

Estou certo que hoje quem é mais atingido por esta questão, no futuro será bastante recompensado porque vamos ter um espaço pedonal muito forte. Vamos ter muita gente a circular. Vamos ter gente que vai visitar o todo de Santar, ao mesmo tempo ao Museu do Vinho, que é para inaugurar em outubro deste ano. E, portanto, estamos certos que as 2 questões vão alavancar e de alguma forma, ressarcir o que possa ser hoje um constrangimento grande.

No decorrer da empreitada e para terminar, quando aparecem situações do nosso empreiteiro a dizer que está, a parte do faseado não pode ser o que era e tem que fazer tudo de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

uma vez por uma questão de logística de obra, nós sabemos o impacto que isso vai ter. Mas a resposta foi e vai continuar a ser: Faça.

Mesmo sabendo, desculpem a expressão, eu ainda não tinha utilizado um eufemismo, vou utilizá-lo agora: Nem que seja para levar no lombo o Presidente da Câmara. Tudo bem. O lombo é grande. E, portanto, se for o caso e se for isso, eu não me importo. Percebo. Não há insensibilidade nenhuma. Acredite que também estamos disponíveis a dialogar com os Moradores, com os Comerciantes, no sentido de mitigar isso.

Mas é incontornável. Aquilo é mesmo para fazer e vamos que ter todos paciência. Eu sei que não é fácil pedir e não é tão fácil retribuir. Mas o foco está, perfeitamente, definido. É para concluir, para concluir a tempo, para executarmos um milhão de euros que lá está e não termos que devolver nada.

E, seguramente, estou certo, Estimado Município que, quando aquilo estiver concluído, vai ver que valeu bem a pena, porque tudo vale a pena, se a alma não é pequena.

Obrigado pela vossa atenção, Senhor Presidente, obrigado. Foi um gosto imenso.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Não temos mais nenhum Município inscrito para falar. Agradeço a todos pelas vossas intervenções, pelo vosso trabalho.

Até uma próxima Assembleia. Uma boa noite de descanso para todos.

Obrigado.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

Presidente:

Secretária: